

## 4 – O DESENVOLVIMENTO LOCAL

### 4.1 – CONCEITOS E COMPONENTES

Partindo do princípio, como que refere Vallina<sup>150</sup>, que “el desarrollo rural del futuro o es sustentable o no será nunca desarrollo, podemos definir Desenvolvimento como,

*“... progresso económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”<sup>151</sup>*

Assim, segundo Fernández<sup>152</sup>, considera-se como bases do desenvolvimento local: o potenciar o ecossistema político, económico e cultural; o desenvolver dos recursos endógenos; o melhorar a qualidade de vida das populações; o promover a formação e o desenvolvimento pessoal; o usar de forma recreativa e social o espaço; os projectos micro e macro-económicos; as potencialidades populacionais, produtivas e naturais e os agentes locais.

Ou seja, para que haja desenvolvimento tem de haver um encontro das necessidades e aspirações humanas e sobretudo um envolvimento e participação activa de todos os cidadãos. Pelo que o processo de desenvolvimento parte de um processo participativo para o qual importa mobilizar os cidadãos e transformar os sujeitos passivos em sujeitos activos, e fazer dos cidadãos assistentes, cidadãos empreendedores. Como refere Bianchini e Schwengel<sup>153</sup>, torna-se fundamental que os diversos grupos com interesses, poderes e modos de vida diferentes, assumam a responsabilidade de colaborar no sentido de (re)construir consensos e (re)criar formas de identidade comuns que promovam uma sociedade sustentável.

O binómio território-população é, assim, para Fernández<sup>154</sup>, o ponto de partida para o processo de desenvolvimento rural, onde importa analisar, tendo em conta distintas perspectivas e diferentes pontos de vista:

- o meio rural em causa, nomeadamente: ao nível do ordenamento do território, pois o mesmo deverá permitir um desenvolvimento estável e uma gestão e (re)ordenação dos recursos endógenos, tendo em conta as necessidades das populações; ao nível das infra-estruturas, transportes e comunicações, ou seja, dotar o espaço rural das estruturas necessárias

<sup>150</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Ediciones Mundi-Prensa. Madrid

<sup>151</sup> Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas – Relatório Brundtland (1987), apud Revista Científica do ISAI – Porto: Territórios do Turismo (2003).

<sup>152</sup> Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

<sup>153</sup> Bianchini e Schwengel apud Kappert, J. (2003). Porto: Revista Científica do ISAI – Territórios do Turismo.

<sup>154</sup> Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

para que o mesmo possa cumprir com as suas funções; ao nível da educação, formação e investigação, uma vez que o capital humano constitui o potencial mais apreciado, fruto da sua dupla acção de sujeito e agente de desenvolvimento; ao nível do emprego e do trabalho, pois é imperioso a fixação das populações com a criação de emprego nas diversas actividades rurais; ao nível da agricultura e silvicultura, por serem sectores produtivos que podem fixar a população activa e por serem motivos de atracção e diferenciação; ao nível do turismo rural, por ser uma actividade extra à sua fonte principal; ao nível das empresas do comércio, indústria e artesanato no sentido de promover e favorecer os processos de produção e transformação e comercialização dos produtos regionais; ao nível do meio ambiente, natureza e paisagem, no intuito de conservar os espaços naturais e a biodiversidade para a salvaguardar a beleza e as particularidades do espaço rural;

- a paisagem rural, porque esta reflecte e é “el resultado de una relación recíproca entre el paisaje natural primitivo y el modificado por la acción antrópica”<sup>155</sup> e, importa conhecer a sua evolução histórica e a sua ocupação, a história do espaço na globalidade e a sua modernização, ao nível da capacidade técnica e de evolução e do sistema sócio-económico da sociedade que o ocupa;

- o desenvolvimento rural, isto é, o processo de crescimento económico, sócio-cultural e estrutural verificado tendo em vista a melhoria das condições de vida da população que habita o meio rural.

Para este autor, dependendo da corrente de pensamento, é possível falar-se de desenvolvimento rural endógeno, de desenvolvimento rural integrado ou de desenvolvimento rural local.

No caso do desenvolvimento rural endógeno o objectivo principal é incrementar o bem-estar da comunidade rural mediante o estabelecimento de actividades económicas e sócio-culturais utilizando basicamente os seus recursos humanos e materiais. As estratégias a assumir vão no sentido de desenvolver a partir dos recursos existentes; de reordenar os recursos naturais tendo em vista a possibilidade de industrialização; a integração da agricultura-indústria; a criação de infra-estruturas básicas; a conservação do meio ambiente e dos espaços naturais.

No segundo caso, o objectivo é integrar todas as formas potenciais de aproveitamento dos recursos existentes na zona. Nesse sentido e porque importa que na estratégia integral esteja contemplado o equilíbrio territorial e ecológico e o suporte das actividades sócio-recreativas, os princípios de actuação devem basear-se na participação activa da população, na

---

<sup>155</sup> Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

pluriactividade, no fomento da população, na dinamização social e cultural e na cooperação entre os diferentes actores que compõe a sociedade em causa.

No que concerne ao terceiro pensamento, trata-se do processo de organização do futuro de um território e do esforço de concertação e planificação levado a cabo pelos actores locais, com a finalidade de valorizar os recursos humanos e materiais de um dado território. Para o efeito, é necessário: políticas empreendedoras, gestores capazes e a participação activa de todos os agentes locais.

Assim, para Fernández<sup>156</sup> o desenvolvimento tem como bases a função económica, como garantia da satisfação das necessidades primárias; a função ecológica, através da preservação das fontes naturais da vida, o solo, a água, o ar e a biodiversidade e, a função sócio-cultural, com a manutenção das relações entre a população urbana e rural, numa tentativa de cumprir com objectivos sociais.

Para Fernando João Moreira<sup>157</sup> desenvolvimento local é o processo de crescimento e mudança estrutural que afecta uma comunidade<sup>158</sup> territorial definida e se concretiza numa melhoria do nível de vida dos seus habitantes, seja numa perspectiva material quer seja numa perspectiva imaterial, tendo em conta a evolução do território, os recursos endógenos, a formação social e pessoal e a conservação do património natural e cultural.

Como refere Vallina<sup>159</sup> desenvolvimento local,

*“es un método que pretende la evolución del territorio por medio de un proceso de movilización de los recursos endógenos (...) al servicio de la promoción social y personal de la comunidad local. Su consecución se logra asumiendo iniciativas de empleo y desarrollo compatibles con la conservación de su patrimonio cultural y natural”.*

Ou seja, o processo de desenvolvimento local tem como características fundamentais, uma cultura de pacto e estabilidade, uma participação pública total e voluntária, a existência de um plano integral assumido como próprio da comunidade, a mobilização dos recursos locais, a promoção e estimulação de empreendedores locais, a procura do bem-estar social sustentável; diminuição do grau de dependência em relação aos centros de decisão;

---

<sup>156</sup> Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Adiciones AKAL, S.A.

<sup>157</sup> MOREIRA, F. J. (1999) apud PRIMO J. (2000). *A Importância dos Museus Locais em Portugal*. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

<sup>158</sup> E aqui entende-se por comunidade não só a população mas também todos os protagonistas envolvidos no processo, nomeadamente as empresas, as suas administrações, os recursos técnicos, profissionais e científicos. In Marchioni, M. (2001). *Comunidad, Participación y Desarrollo*. Madrid: Editorial Popular.

<sup>159</sup> Vallina, J. I. (2002). *Manual para Agentes de Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

colaboração activa e solidária com a promoção de outros projectos; fomento e incentivo à criatividade, à inovação, à qualidade, à flexibilidade empresarial e à transmissão de informações e ideias; existência de estruturas administrativas locais, capazes de criar emprego e desenvolvimento em favor da comunidade local.

Isto porque, não existe desenvolvimento efectivo sem a implicação das populações, sem o aumento das suas capacidades de auto-organização, sem o pleno aproveitamento dos recursos locais e sem a articulação com projectos e dinâmicas mais globais. Para o efeito é necessário, ao nível individual, contribuir para o reforço das competências pessoais, sociais, profissionais e, ao nível colectivo e institucional, criar hábitos e dinâmicas de participação procurando estabelecer um comprometimento efectivo na resolução dos problemas e na realização das acções.

Como refere o mesmo autor<sup>160</sup>,

*“La posibilidad de generar un proceso de desarrollo rural endógeno depende de la identidad cultural del propio territorio, de la predisposición de la sociedad local y de la capacidad de sus representantes institucionales para analizar, diagnosticar y proponer soluciones. No existen, o al menos no las he encontrado, reglas inmutables, procedimientos bien establecidos y criterios absolutos que pudieran servirnos de guía, puesto que el medio rural, bien definido en ciertas características generales, es diferente y particular en función de su propia historia natural y social, la institucional que lo administra y la posición espacial y temporal que condiciona su evaluación.”*

Pelo que, neste processo deve estar presente alguns princípios como sejam:

- a iniciativa, autónoma e espontânea, de natureza privada que surge em consequência da capacidade de uma pessoa ou de um grupo local de organizar e de se organizarem para solucionar algum problema;
- a mobilização, dos recursos próprios de forma autónoma ou em colaboração com o exterior respeitando, no entanto, as características culturais locais e o património natural;
- os recursos endógenos, tangíveis, de carácter material (terra, cultivos, património) e os recursos intangíveis, de carácter imaterial;

---

<sup>160</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

- a promoção social e pessoal, através da geração de desenvolvimento do emprego e da riqueza, reforçando a dinâmica do processo para melhorar as perspectivas de bem-estar social;
- compatibilidade e dependência entre conservação do património e desenvolvimento e entre os recursos renováveis, para evitar a sua extinção.

Podemos assim dizer que não se concebe um desenvolvimento rural sem a participação activa dos sectores económicos, sociais e culturais, nem sem a existência de recursos humanos e financeiros. O que leva à necessidade da implementação de um sistema de inovação, ao nível da aprendizagem e formação, ao nível da criação de novos produtos e serviços, ao nível da aplicação de novos tipos de gestão e ao nível de aplicação de novas formas de organização.

## 4.2 – OS PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO

Para haver um processo de desenvolvimento local é necessário a colaboração de múltiplos actores que trabalhem em cooperação com o objectivo de levar a cabo um sem fim de iniciativas de forma concertada e integrada.

Num cenário rural os protagonistas são as pessoas, os recursos endógenos e o território.

O processo de desenvolvimento local deve ser sempre colectivo, sobretudo porque se dirige ao bem-estar da comunidade local; deve ser extensivo, porque fomenta a geração de pequenas unidades de produção; deve ser redistributivo, no intuito de contribuir para a melhor distribuição de recursos económicos; e, deve ser integral, não pretendendo apenas a crescimento económico mas também o bem-estar da pessoa, da comunidade e por conseguinte do território.

No entanto, para que este processo se inicie é necessário que em primeiro lugar exista um catalizador, um animador, um provocador ou activista que opere no território a fim de desencadear reacções junto das pessoas e dos recursos locais. Que de o pontapé de saída, na mobilização e descoberta dos recursos, tendo em vista uma estratégia que leve ao desenvolvimento da comunidade.

Em termos gerais e globais, as características humanas e profissionais de um agente de desenvolvimento local devem ter em atenção a realidade histórica e cultural do território em causa, isto porque, cada caso é um caso. Deve ter uma formação ampla e multidisciplinar que lhe permita fazer análises geográficas, económicas, sociológicas, psicológicas, histórias, ecológicas, turísticas, agrónomas, etc. Deve também ter capacidade intuitiva, bom senso, capacidade para observar, visão integrada, sensibilidade, capacidade sedutora e sobretudo criatividade.

Como refere Vallina<sup>161</sup>, ser agente de desenvolvimento local não é somente uma profissão mas uma forma de vida, pelo que as suas características humanas e a motivação serão os seus principais atributos. Também o conhecimento profundo da realidade local e em particular das suas raízes históricas e culturais é um suporte fundamental para que as propostas de acção sejam coerentes, assumidas e aceites pela comunidade.

Recorrendo novamente a Vallina<sup>162</sup> que defende que

---

<sup>161</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

<sup>162</sup> Idem

*“El ADL es un operador público al servicio de la colectividad, que promueve, organiza, coordina y elabora en su territorio operaciones integradas de desarrollo de las que son protagonistas las instituciones, las fuerzas técnicas, sociales y empresariales locales.”*

Podemos dizer que o agente de desenvolvimento local deve ser:

- um observador intuitivo, porque esta é uma ferramenta necessária para conhecer a fundo o meio em que se movimenta;
- um analista perspicaz, capaz de analisar o território, as componentes físicas, naturais, espaciais e geográficas e sobretudo as características sociais da comunidade, a fim de elaborar um bom diagnóstico sobre os problemas e as potencialidades para promover um processo de desenvolvimento endógeno;
- um planificador flexível, capaz de elaborar um plano adaptado e adaptável ao território em causa, que seja cooperante e que envolva a população local e que seja endógeno, social e humanitário e, que seja sustentável;
- um gerente audaz, capaz de gerir os recursos económicos, financeiros e humanos, de uma forma original e inédita mas ao mesmo tempo prudente;
- um promotor versátil, capaz de detectar aspectos do território ou da comunidade que possam servir de detonadores das actividades e que sejam atractivas e entusiastas;
- um concertador conciliador, capaz de dialogar, negociar e comunicar com todos os actores de forma a acordar um projecto comum;
- um agitador humanista, capaz de sensibilizar para o sistema de valores e laços de pertença das pessoas da comunidade;
- um aldeão universal, capaz de abrir ao mundo o seu mundo mantendo, no entanto, o seu microcosmos.

Em suma, para promover uma nova cultura de desenvolvimento rural, o Agente de Desenvolvimento Local deve saber despertar na comunidade local a vontade de levar a cabo iniciativas que optimizem os recursos de uma forma concertada e sinérgica. Deve ser um animador capaz de incutir animação sócio-económica e sócio-cultural no território em causa.

Também as instituições, as associações e as empresas são pilares importantes na construção de um projecto de desenvolvimento sócio-económico.

Como salienta Vallina<sup>163</sup>, dado que o objectivo final de qualquer estratégia de desenvolvimento local é a excelência territorial e a consolidação de um processo de melhoria da qualidade de vida, os cidadãos e as instituições devem participar para criar um espaço onde seja possível satisfazer as necessidades individuais e colectivas. Necessidades de emprego, de ócio, de cultura, de meio ambiente e outros factores que façam a inter-acção entre o território e a sociedade.

Como refere Myrand<sup>164</sup> a democracia participativa ou apropriativa<sup>165</sup> deve começar nos grupos locais e deve ter um modelo de inserção das populações em todos os processos de decisão. Por isso, este autor considera que são aspectos do desenvolvimento local: a participação, a vontade comum, a cidadania, a igualdade, a economia social, uma nova relação estado/sociedade civil, solidariedade, novo paradigma educacional e liderança local.

Não há dúvida que, ao nível local, as associações permitem resolver determinadas situações, que exigem um esforço colectivo e uma unidade de acção, por um benefício comum. Mas, como refere Vallina,<sup>166</sup> para que estas desempenhem o seu papel, abram novos caminhos e ponham em prática novas formas de actuação e gestão mais eficazes e adaptadas à realidade é necessário que o Agente de Desenvolvimento Local seja capaz de:

- detectar, conhecer, analisar e diagnosticar as diferentes associações, relativamente à sua capacidade para influir no desenvolvimento da comunidade;
- relacionar-se com os líderes para saber das actividades e dos problemas;
- propor novos projectos associativos e novas associações;
- apoiar os projectos e as ideias, através do apoio logístico e técnico;
- organizar cursos de formação e encontros para permitir o intercâmbio de ideias;
- apoiar e revitalizar as fórmulas de organização tradicional colectiva, resgatando trabalhos colectivos, festas e encontros.

Ou seja, deve ser capaz de incentivar a participação dos membros da comunidade, de uma forma eficaz e comprometida, pelo que é necessário sensibilizá-los, para o conhecimento e valorização dos vários aspectos da sua realidade territorial. Isto porque sem o exercício cívico da participação e da co-responsabilidade, não há desenvolvimento. Segundo este

<sup>163</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

<sup>164</sup> Myrand, P. (2004). Encontro Nacional do MINOM – Portugal “Cultura e Democracia Participativa”. Lisboa: ULHT.

<sup>165</sup> a participação é fundamental no processo de desenvolvimento, sobretudo porque sem participação nos estudos, nas opiniões ou nas acções não há apropriação dos mesmos, como próprios.

<sup>166</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.



autor<sup>167</sup>, a melhor forma para o conseguir é através da formação, porque esta permite: a adaptação e a aprendizagem para a defesa do exterior, assimilando as tecnologias adequadas; a inovação, para assumir posições de vanguarda; a conservação para perpetuar entre as pessoas os conhecimentos e os saberes tradicionais, para consolidar o património, a cultura e a identidade territorial de forma adaptada aos novos tempos.

Também a informação é um ponto importante em todo este processo de desenvolvimento, sobretudo porque é poder. E se a este juntarmos a educação (o conhecimento) e a formação (a capacidade) ficamos com a base fundamental para o desenvolvimento pessoal e o progresso social.

Por isso, ao promover a formação, o Agente de Desenvolvimento Local deve ter em atenção e preocupar-se em:

- detectar as necessidades formativas e fazer um plano de formação desde o local para o local, utilizando recursos pedagógicos locais e técnicas e recursos económicos procedentes do exterior;

- detectar os mestres artesãos e os ofícios em risco de extinção com o objectivo de os salvar, modernizar e conservar formas de produção e organização do meio rural;

- promover uma estratégia formativa e educativa dirigida à recuperação do orgulho e à revalorização da cultural rural, ao desenvolvimento de uma pedagogia de participação, à estimulação das iniciativas locais, ao favorecimento do intercâmbio cultural e à descoberta de novas tecnologias e à inovação.

Devemos também considerar, neste ponto, o poder político, sobretudo o local, porque é a ele que compete fundamentalmente a criação de infra-estruturas básicas para a satisfação das necessidades da população. Deve também ter um papel de incentivo e colaboração relativamente ao processo de desenvolvimento. Ou seja, é à acção política que cabe o papel de legislar e regulamentar, de ordenar e programar, que tem o dever de incentivar a criação de emprego através de todos os meios ao seu alcance, que deve sensibilizar para a participação, para a educação e para a conservação do património e da biodiversidade, da cultura e da integração social.

---

<sup>167</sup> Idem

### 4.3 – O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo a proposta de metodologia de Vallina<sup>168</sup>, para se iniciar um processo de desenvolvimento local, importa compreender globalmente o funcionamento do território, entender e discernir as interdependências entre os factores ecológicos, económicos, sociais e culturais que actuam no meio em causa e previamente delimitado. Importa levar a cabo uma análise e um diagnóstico estratégico capaz de detectar as chaves da organização e a dinâmica territorial, de identificar e avaliar os recursos existentes, de conhecer as potencialidades e os obstáculos, de prevenir os riscos, de aproveitar as oportunidades, de formular propostas de ordenação e desenhar estratégias de intervenção e de propor o desenvolvimento.

Assim, o processo de análise estratégico deve abranger os seguintes pontos:

#### I - Avaliação estratégica:

- a) através da eleição do âmbito de intervenção, ou seja da definição clara do território de actuação, o tempo durante o qual se manterá em vigência;
- b) através da análise do ambiente e do meio, isto é, do conjunto de tendências e processos que afectam o meio para o qual se planeia o programa de desenvolvimento, quer ao nível interno (causas estruturais ou históricas, razões conjunturais) quer ao nível externo;
- c) através da análise da situação e posição do território face ao âmbito político, cultural ou económico a que pertence e que permite verificar as debilidades e potencialidades do território em ordem a aproveitar as vantagens e oportunidades. Ou seja, analisar a sua situação geográfica e a sazonalidade das suas actividades, as vias de comunicação e transportes, a paisagem, a história, a cultura, os recursos naturais, as tradições e a gastronomia. Em suma, tudo o que faz ressaltar a sua exclusividade, singularidade, a diferenciação e o contraste cultural.
- d) Através da análise por sectores, ou melhor, através da identificação das potencialidades, debilidades, oportunidade e riscos do território em relação ao objectivo final da intervenção.

---

<sup>168</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

## II – Diagnóstico

- a) diagnóstico por sectores, após a análise da matriz criada de forma a superar e transformar os obstáculos em potencialidades e, a eliminar ou minimizar os riscos e gerar novas oportunidades, com o fim de melhorar o estado da matriz e incrementar as possibilidades de êxito do projecto ao nível do mercado, do território, da administração pública e das empresas.
- b) diagnóstico integrado, ou seja a determinação do carácter de um sistema mediante a descoberta, o conhecimento e a interpretação dos signos e reacções. Este constrói-se a partir da síntese descritiva do território, da composição de uma matriz de diagnóstico estratégico, da proposta de um modelo de desenvolvimento e da confecção de um cenário estratégico

## III – Hipótese de futuro

- a) cenários territoriais alternativos, após realizada a análise e diagnóstico da realidade o passo seguinte é o senho do projecto de desenvolvimento local a partir de uma imagem futura da sociedade e do território que serve de referente para dirigir o processo
- b) eleição do futuro modelo territorial, escolha do modelo territorial a atingir com o processo de desenvolvimento.

## IV – Planificação

- a) eixos, objectivos e directrizes
- b) medidas e acções
- c) programação e financiamento das acções
- d) mecanismos de gestão

Digamos que este é o ponto fulcral do processo de desenvolvimento, mas que só é possível realizar, com algumas hipóteses de sucesso, depois de elaborada a análise e o diagnóstico do território em causa.

Na planificação existem um sem número de argumentos a ter em conta, nomeadamente: o território, a sociedade, a cultura e a participação social. E, é nesta altura que se elabora o plano dos planos, ou seja, o plano estratégico de desenvolvimento local (PEDL), que é, grosso modo, o plano directório com natureza estratégica, composto pelo conjunto de planos de actuação e medidas para iniciar um processo de desenvolvimento endógeno.

Assim, a planificação não é mais do que a formulação dos conteúdos estratégicos, através da indicação dos objectivos gerais, das chaves estratégicas, dos objectivos específicos e estratégicos, dos eixos de intervenção e das directrizes de actuação.

A melhor forma de levar a cabo este tipo de acção é através das agências de desenvolvimento rural, por estas serem

*“organizaciones horizontales de estructura flexible, com autonomia operativa suficiente para intervenir en el territorio com el objecto de ordenar, planificar, impulsar y gestionar el proceso de desarrollo mediante la detección y promoción de emprendedores y iniciativas, la prestación de servicios tecnologicos, formativos e financieros a las empresas y el fomento de todas aquellas actuaciones que incrementen la competitividad, la calidad, la conservación del medio ambiente y el patrimonio cultural, el bienestar, la identidad y la cohesión de la sociedad rural.”<sup>169</sup>*

É às agências que compete a transformação da comunidade rural numa comunidade dinâmica e empreendedora, devendo para o efeito difundir novas ideias e a inovação tecnológica, fomentar uma cultura ecológica, incentivar a cooperação, fazer circular os recursos e activar as iniciativas locais de emprego, estimular e animar os empreendedores, detectar e avaliar as necessidades financeiras, de infra-estruturas, equipamentos, formação, educação, organização e promoção dos recursos humanos, promover e consolidar a identidade do território e, fomentar a coesão social, o espírito de pertença, ajuda mutua e a valorização da cultura e dos recursos locais.

Segundo este autor<sup>170</sup>, as agências devem ser compostas por:

- uma comissão geral, a quem compete a elaboração, a avaliação, a coordenação e a direcção da gestão do processo;
- um comité de participação social, a quem compete captar, ordenar e transmitir a voz da comunidade;
- um conselho consultivo, responsável pela reflexão e emissão de opiniões sobre o processo, pela sua análise e evolução;
- a comissão de gerência, a quem compete, no fundo, gerir o processo. Ou seja, a quem compete: a coordenação logística e técnica, através da formulação do pacto de desenvolvimento local, da constituição e normalização dos órgãos e a elaboração e gestão do

<sup>169</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

plano estratégico; promoção das empresas locais, prestando apoio complementar, promovendo incentivos à concessão de financiamentos, auxiliar na estratégia de marketing, no desenho de planos de gestão empresarial; promoção da formação dos actores e promoção e fomento de novos produtos e na procura de novos mercados; a intervenção social, animação sócio-cultural e a inovação rural, integrando e atendendo aos problemas de marginalização e exclusão, na dinamização das associações, na introdução de melhoria nas condições de habitabilidade e da conservação do património; captação de fundos e programas de desenvolvimento, porque o desenvolvimento só é possível através da reconstrução ou da implantação de uma nova cultura empresarial baseada na modernização e na tradição industrial e artesanal local; a mobilização e mediação entre recursos locais e empreendedores, ou seja, re-aproveitamento dos recursos fundamentais disponíveis e a facilitação do acesso a ajudas económicas e financeiras, assim como à formação e ao apoio logístico e administrativo; e a integração de políticas sectoriais, através da proposta de estratégias oportunas e de planos necessários para estimular a cooperação inter-administrativa e o desenho de projectos de forma conjunta.

Mas as opções do desenvolvimento local, que as agências venham a tomar, dependem da dotação dos recursos endógenos. Isto é, se os recursos endógenos são suficientes, diversos, singulares, exclusivos e bem posicionados, para levar a efeito o plano de desenvolvimento.

Vallina<sup>171</sup> considera existirem seis categorias de recursos endógenos, sobre os quais importa intervir. A saber: recursos humanos, capital cultural, capital natural, capital patrimonial público, capital patrimonial privado e capital financeiro.

Os recursos humanos são assim o principal activo do território, pelo que deve ser equilibrado em género e em idade, onde importa incitar uma campanha de promoção, motivação, assessoria, comunicação e educação-formação. No que diz respeito ao Capital Cultural, que engloba o saber fazer e a cultura associada, isto é, a herança, as tradições, os usos e costumes, é necessário promover a conservação, a restauração, a modernização e valorização. Relativamente ao capital natural, onde se inclui a variedade e abundância de habitats, ecossistemas, espécies, espaços e paisagens, pelos quais é imperioso efectivar planos de conservação, restauração e diversificação, a ordenação e a gestão. No que concerne ao Capital patrimonial público, ou seja, aos recursos geográficos, de infra-estruturas, de equipamentos e serviços e, sobretudo ao conjunto de factos históricos e culturais, importa criar condições de aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos. Em relação ao capital patrimonial privado, isto é, ao conjunto de bens próprios das pessoas ou das entidades

---

<sup>170</sup> Idem

públicas, como por exemplo, os solares, os montes, etc., torna-se necessário efectivar uma campanha de sensibilização e mobilização para a restauração e ou reabilitação dos mesmos para outros usos. E, por fim, o capital financeiro, factor importante do processo, que necessita de incentivos, subsídios, créditos, e outros.

Em suma como refere o autor<sup>172</sup> para que haja um processo de desenvolvimento rural importa que haja em primeiro lugar uma ideia, fruto de uma análise aprofundada e realista do território e dos seus recursos endógenos e, uma agência de desenvolvimento local capaz de mobilizar estes recursos e animar e apoiar os actores possíveis de serem empreendedores.

---

<sup>171</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

<sup>172</sup> idem

#### 4.4 – A FUNÇÃO DOS MUSEUS

No início do século XIX um dos objectivos que esteve na origem da fundação dos museus era o de educar e informar e, por isso, eram entendidos como instituições abertas a todos os que não tinham tido oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o mundo que os rodeia. Ou melhor, como afirma Hooper-Greenhill<sup>173</sup>, os museus eram fundamentalmente instituições educacionais, abertas a todos os que não tinham tido acesso à educação, de modo a possibilitar-lhes formas de auto-aprendizagem.

Como refere Isabel Silva<sup>174</sup>

*“O aumento progressivo do índice de escolarização, a democratização de acesso à cultura e a noção de que o desenvolvimento pressupõe a articulação de várias valências – económica, social e cultural – são factores que se reflectem na procura e no crescimento dos museus.”*

Sem descurar o estudo e a preservação dos bens à sua guarda, é necessário que os museus desenvolvam estratégias de divulgação não só para servir diferentes públicos, mas sobretudo para estruturarem uma oferta turístico-cultural capaz de sustentar políticas de desenvolvimento viáveis, cumprindo ao mesmo tempo com funções de natureza social.

Assim, entre as necessidades sociais que os museus podem colmatar, Faria<sup>175</sup> identifica as seguintes:

- necessidade/função de constituição e conservação de colecções, que possam ser socialmente úteis para:

\* colmatar a necessidade/função identitária, ou seja, a necessidade que as comunidades sentem em organizar elementos que ajudem a construir uma identidade local, o que justifica a criação e a intensificação da produção de novos museus, sobretudo de âmbito local;

\* a necessidade/função de sociabilidade, e neste aspecto os museus podem ter o sentido social dos antigos adros de igreja, dos cafés, das praças públicas ou outros espaços de encontro e convívio, uma vez que se verifica um enfraquecimento da consciência cívica, um

<sup>173</sup> Hooper-Greenhill, E. (1991) Museums and Gallery Education, Leicester Museums Studies, Leicester University Press

<sup>174</sup> Silva, I. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

<sup>175</sup> Faria, M. L. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

fortalecimento do individualismo, do consumismo e do retraimento no espaço doméstico e do desaparecimento desses importantes locais de encontro e partilha;

\* necessidade/função de participação cívica, com a crescente necessidade de comunicação intercultural e multicultural, fruto do aumento da circulação de indivíduos pelo mundo. E aqui os museus etnográficos ou locais assumem um papel importante porque estão mais próximos das populações e das suas memórias, das identidades e, por consequência podem ser um óptimo local de debate sobre as sociedades contemporâneas;

\* necessidade/função de solidariedade, isto porque os indivíduos só são solidários quando entendem os outros, a informação sobre as diferentes culturas que compõem o tecido social que o museu serve e a possibilidade de encontro dos diferentes grupos no espaço do museu são o reflexo de uma política mais global de inclusão que pode ter repercussões positivas em termos de atenuar situações potencialmente anómicas;

\* necessidade/função de inclusão multicultural, no sentido de contribuir para a construção de parcerias entre grupos de cidadãos das mais diversas origens, com o objectivo de construir uma sociedade mais solidária;

\* necessidade/função de informação, porque hoje a informação é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania, a primeira prioridade deve ser expor temas e não apenas colecções, servindo os objectos para ilustrar histórias que tenham sentido para as pessoas;

\* necessidade/função de aquisição/transmissão de conhecimentos de modo crítico e de acordo com múltiplas leituras, isto é, o museu deve responder às questões que existem no seu exterior, dando às pessoas instrumentos para melhor as entenderem e tornando-os mais interventivos.

Sabendo da escassez de recursos materiais e humanos com os museus se debatem, torna-se necessário procurar parcerias que lhes permitam desenvolver as novas vertentes e alargar a sua função social, apresentando para o efeito novos projectos, em prol da afirmação do papel dos museus e dos seus profissionais.

A função dos museus não é resolver os problemas locais, mas apoiar os actores locais, facultando os recursos necessários, para que os próprios actores identifiquem, analisem, compreendam e resolvam os problemas detectados.

E, como afirma Sandell<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> Sandell, R. (2003) *A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território*. Porto: Edições Afrontamento.



*“Museums have sought to become more outward looking, more exposed to the needs of their communities and more responsive to the issues that those communities are facing. There is growing recognition that museums can act as agents of social change – that they have the potential to impact upon people’s lives – not solely in terms of learning and leisure but also in relation social inequality, discrimination and disadvantage.” (...)*

*Museum can impact positively on the lives of disadvantaged or marginalised individuals, they can act as a catalyst for social regeneration and empowerment with specific communities and they can also contribute towards the creation of more equitable societies.”*

Assim, na sequência das perturbadoras restrições económicas das últimas décadas, que levaram as instituições culturais a tentar justificar-se através do seu valor económico como catalisadores de desenvolvimento social e económico, levaram o International Council of Museums (ICOM) a solicitar o estudo “Museums: an Investment for development. Neste estudo, Torre<sup>177</sup> acredita que

*“(...) museums, beyond their cultural value, can play an active role in development, as non-formal education institutions, have a potential as propagator of appropriate Technologies, and are useful in helping the population to understand the complexities of the development processes”.*

Ou seja, os museus eram vistos como instrumentos privilegiados para ajudar a manter o equilíbrio entre a necessidade de melhorar a vida das comunidades e dos indivíduos através da mudança, da introdução de melhor tecnologia e da evolução das estruturas económicas e a necessidade real de uma sociedade manter a sua própria identidade apoiada pelas suas raízes culturais, conhecimentos tradicionais, padrões sociais, técnicas ancestrais, etc..

Como referem vários autores<sup>178</sup> as instituições culturais são extremamente úteis para a economia, porque são capazes de proporcionar benefícios concentrados e imediatos a uma dada área e com um efeito significativo em toda a região. Ou seja, são um motor de actividade e crescimento continuado, são um factor favorável e essencial na indução de desenvolvimento. E chegam a afirmar que a questão já não é o que a economia pode fazer pelo sector cultural, mas sim o que o sector cultural pode fazer pela economia. Até porque

<sup>177</sup> Torre, M. (1982) Museums: na investment for development. Paris, ICOM apud Alice Semedo(2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

<sup>178</sup> in Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

este provoca também outros benefícios sociais, como sejam a reciclagem de desempregados e a revitalização local.

Para Semedo<sup>179</sup> está assim provada a função potencial das instituições culturais na revitalização económica das cidades de interior e aldeias, na atracção de turistas e divisas e ainda na criação de postos de trabalho. E por consequência a reavaliação das instituições culturais, como sector económico que contribui para a prosperidade nacional, fez com que deixassem de ser vistas como algo que esgotava os recursos públicos para passarem a ser encaradas como um bem potencial.

E, como referem Vaughan e Booth<sup>180</sup>

*“Muitos centros de tomada de decisão viam agora o desenvolvimento de projectos culturais, nomeadamente a criação de museus, como um instrumento importante na diversificação da base da economia local, prestando uma renovada atenção a sectores económicos em expansão como o lazer e o turismo.”*

Uma vez que as organizações culturais, como também refere Colbert<sup>181</sup>, ocupam um lugar na sociedade ao transmitirem uma determinada identidade cultural, mediante o conteúdo das obras que oferecem, importa que sejam geridas em função das necessidades da mesma.

Já no século XX, os sectores de maior crescimento, nos países desenvolvidos, foram as organizações não empresariais – a governação, as profissões liberais, a saúde e a educação.

Como referem Hernández e Tresserras<sup>182</sup>

*“Como todo en este mundo estos desarrollos tienen su parte buena y su parte mala. Existe el peligro de pérdida de sustancia, empobrecimiento y simplificación de los mensajes y canalización de los valores de la cultura... Pero también es cierto que el patrimonio sale beneficiado al constituirse como una verdadera industria cultural en competencia o a la zaga con la industria del cine o la industria editorial, de entrada porque llega a más gente. Actualmente las industrias culturales son el subsector económico que más crece en los países más desarrollados y uno de los que crea empleos más especializados a los que accede gente más diversa.”*

<sup>179</sup> Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Edições Afrontamento. Porto

<sup>180</sup> Vaughan e Booth (1989) apud Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

<sup>181</sup> COLBERT, C. Y CUADRADO M. (s/d). Marketing de las Artes e la Cultura Ariel.

<sup>182</sup> HERNÁNDEZ, J. B. E TRESSERRAS, J. J. ((2001). Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio

As actividades culturais atraem o turismo e este proporciona mais público, havendo pois uma relação complementar. E também porque o turismo angaria mais recursos para a causa da preservação e da exploração criteriosa do património, diminuindo assim os riscos da sua degradação. Para além de possibilitar o desenvolvimento de novas instalações para desfruto dos habitantes locais.

#### 4.4 – O TURISMO COMO ELEMENTO DINAMIZADOR

O turismo tem sido um importante agente de desenvolvimento regional e local, porque tem induzido a reflexão e a implementação de políticas de ordenamento e planeamento do território.

No entanto, o planeamento desta actividade como elemento dinamizador deve ser integrado, partindo do natural ao social e cultural, segundo uma política global, isto porque o turismo também pode ser um agente de desequilíbrio e de desarticulação entre territórios, dado que promovem o desenvolvimento de uns e a exclusão de outros e pode ser elemento de risco no que concerne aos recursos ambientais e patrimoniais.

Como salienta Fernández<sup>183</sup>

*“Os processos de desenvolvimento rural, as técnicas de dinamização devem contribuir para que todos os grupos sociais sejam capazes de mobilizar recursos endógenos (naturais, culturais, económicos, etc) sub-aproveitados ou ociosos, susceptíveis de gerar novas actividades e conseguir os objectivos de desenvolvimento dessa comunidade ou território.”*

Para Vallina<sup>184</sup> o turismo rural tem como finalidade o desenvolvimento de actividades de ócio no meio rural, aproveitando as potencialidades e os recursos locais que provoquem interesse no exterior.

Assim, como refere Cravidão<sup>185</sup>

*“O turismo é hoje um fenómeno cultural que faz parte de um conjunto de características que permitem definir a sociedade do consumo/lazer. Situado num domínio económico onde o efeito multiplicador pode gerar lucros quase imediatos e abrangendo um conjunto de bens onde ancoram muitos dos valores da sociedade de consumo (...), compreende-se que o turismo seja encarado com uma das principais fontes de receitas, quer local, regional ou mundial.”*

No entanto e, como referem vários autores<sup>186</sup> a actividade turística é quase sempre comandada por uma lógica que encerra numerosas contradições. Em primeiro lugar porque promove a mobilidade mas exige sítios de paragem privilegiados que frequentemente consomem e devoram, promovem o desenvolvimento mas aceleram em numerosos casos a

<sup>183</sup> Fernández, D. M. (2002) *Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

<sup>184</sup> Vallina, J. I. (2002). *Manual para Agentes de Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

<sup>185</sup> Cravidão, F. D. (2003) *Territórios do Turismo* – Porto: Revista Científica do ISAI.

<sup>186</sup> idem

exclusão de outros territórios. Em segundo lugar é quase sempre sinónimo de qualidade de vida mas gera impactos que aceleram a degradação ambiental – do património natural, passando pelo património construído, isto é, o património cultural e chegando às culturas locais. Assim, ao tornar-se uma das principais fontes de receita da economia é necessário que a sociedade em geral e o indivíduo em particular tenham um papel cada vez mais activo e cívico, no sentido de contribuir para a relação saudável entre a actividade turística, ambiental e cultural. Ou melhor, é necessária a promoção de uma maior consciência da cidadania em relação aos valores do ambiente e à importância económica, social e cultural da actividade turística, na riqueza que decorre do conhecimento e respeito pelas culturas. Pelo que a educação é uma das palavras-chave, assim como a promoção da formação de profissionais que tenham como competências o saber-fazer, mas também a consciência e a sensibilidade para o facto de que o território é um recurso colectivo e intemporal.

É reconhecido por muitos que o turismo é ao nível mundial o sector de actividade económica com maiores perspectivas de crescimento nos próximos anos e, aquele que tem maior capacidade para gerar novos postos de trabalho, com repercussões a curto, médio e longo prazo. No entanto, trata-se da criação de empregos qualificados, o que reforça a necessidade de haver um investimento na educação e na formação. Por exemplo, durante muitos séculos o artesanato foi um recurso básico da economia local e a sua extinção como manifestação cultural pode significar uma importante perda, não só em termos culturais mas também como novas oportunidades de emprego.

Esta opinião é também reforçada por Marques<sup>187</sup> que considera que a contribuição do turismo para a produção de riqueza e melhoria do bem-estar das populações se faz sentir das mais variadas formas:

*“Pela produção e emprego que cria, pelo investimento, pela recuperação de infra-estruturas colectivas que estimula, pela preservação do ambiente e recuperação do património histórico-cultural que favorece, pelas oportunidades de desenvolvimento regional que representa, pelas necessidades dos indivíduos que satisfaz é, sem dúvida uma actividade económica e social de grande futuro.”*

De qualquer das formas, uma parte dos recursos provenientes do turismo deve ser canalizada para a economia local, ajudando a resolver problemas de saúde, educação e emprego.

---

<sup>187</sup> Marques, H. T. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.

Mas nem tudo é fácil na aplicação do turismo como elemento dinamizador do meio rural. Este encontra diversos obstáculos, como seja: a necessidade de consenso e adesão da população e comunidade local, não só para a conservação, mas sobretudo para o desenvolvimento dos recursos turísticos; a necessidade de haver uma concertação da administração local para definir e executar uma política sobre o turismo no espaço rural; a necessidade de gerir e promover de uma forma integrada os produtos culturais produzidos.

Isto é, como afirma Fernández<sup>188</sup>

*“Un pueblo com futuro es aquél que conoce, valora y potencia lo que tiene; las personas, su cultura, sus valores, su historia y se esfuerza mediante su participación en el desarrollo económico, social y humano.”*

Assim, a autora<sup>189</sup> considera que o processo deve seguir três etapas de desenvolvimento:

- etapa inicial de sensibilização, motivação e informação, com o objectivo de implicar todos os agentes e de levar a população a decidir qual querem que seja o futuro;
- etapa de diagnóstico e de elaboração do projecto, identificando os problemas e descrevendo as acções a levar a cabo no intuito de os resolver;
- etapa de execução e controlo das ideias e projectos.

Mas a aposta no turismo rural como elemento dinamizador e de desenvolvimento de um local ou região, só é ganha se for com um turismo de qualidade, se for executada com o objectivo de proteger os recursos turísticos<sup>190</sup>, de melhorar a competitividade e qualidade dos serviços turísticos; de incentivar a formação e a especialização dos profissionais e de criar informação permanente de promoção e divulgação dos produtos criados. As propostas devem ser de preservação e apresentação da paisagem rural como elemento primordial de motivação turística, sobretudo pelo seu atractivo estético, autenticidade e singularidade; de potenciamento do alojamento de qualidade, através da recuperação e restauro de edifícios singulares e de interesse, bem como de elementos tradicionais; de desenvolvimento de uma

<sup>188</sup> Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

<sup>189</sup> idem

<sup>190</sup> Os recursos turísticos são o conjunto de elementos de carácter natural, histórico ou cultural que configuram um determinado território e pelos estabelecimentos, bens e serviços de carácter residencial, artístico, cultural, social ou de outra tipologia que são capazes de atrair durante um determinado período de tempo a uma população visitantes procedentes do exterior. Destes podemos distinguir os recursos primários, que caracterizam a identidade cultural, física e natural do território e que constituem o foco de atracção e de propaganda para os visitantes e os recursos secundários, compostos pelo conjunto de bens e serviços que acomodam e recebem a

rede de serviços e actividades complementares, como seja a gastronomia e a animação; de melhoramento dos equipamentos públicos, nomeadamente da homogeneização da sinalética; e, de comunicação/promoção junto dos agentes da área.

Em suma, o turismo rural pode induzir o bom desenvolvimento e produzir uma série de efeitos económicos, sociais e culturais positivos. Mas tudo depende da forma e dos métodos utilizados e da habilidade dos responsáveis para superar obstáculos e mobilizar potencialidades e vontades.

De qualquer forma os objectivos estratégicos a englobar num plano de desenvolvimento local de turismo devem ter em conta, para além da procura do bem-estar das sociedades rurais mediante o incremento da qualidade de vida, o facto de:

- compatibilizar a conservação e o desenvolvimento dos recursos patrimoniais do meio rural, provocando efeitos sinérgicos de crescimento em ambos os sentidos;
- gerar uma oferta turística extensiva de alojamento e recreação;
- favorecer o intercâmbio cultural, económico e social entre as sociedades receptoras rurais e as emissoras urbanas, para induzir o re-equilíbrio territorial;
- estimular o contacto dos turistas com o meio natural e rural, a fim de incrementar o respeito, o conhecimento, a sensibilidade, a tolerância e a solidariedade, e contribuir para fortalecer o compromisso com a sua conservação;
- facultar e formar a população rural para se organizar e gerir, no sentido de conseguir um desenvolvimento autónomo;
- desenhar uma estratégia local do turismo com a participação da população.

Como refere Vallina<sup>191</sup>,

*“El territorio, en términos de desarrollo local, es, por una parte, un actor principal y protagonista y, por otra, un complejo recurs «o diferencial, susceptible de desplegar multitud de facetas y elementos constitutivas que pueden dar origen a numerosas oportunidades locales de empleo.”*

Assim considera que importa interpretar o território com fins turísticos, de forma a estimular, transmitir, revelar e a oferecer uma visão de conjunto capaz de despertar a curiosidade, provocar emoções, sensações e paixão.

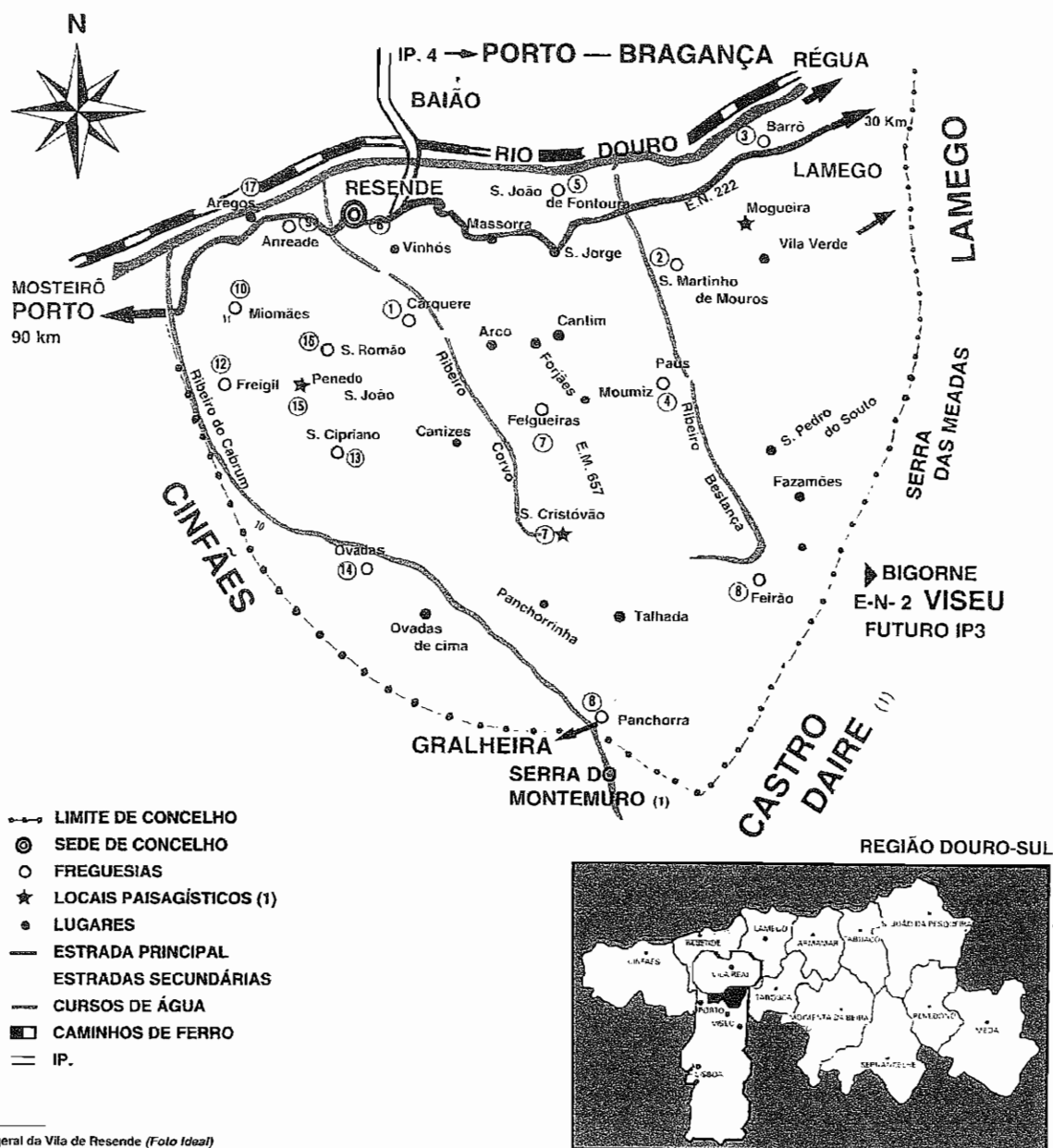
---

procura turística. In Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

<sup>191</sup> Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

## CAPÍTULO II – APLICAÇÃO PRÁTICA

### 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO



Vista geral da Vila de Resende (Foto Ideal)



## 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO

Terra alcantilada mas fértil, abundante em água e deslumbrante em belezas naturais, é facilmente compreensível que Resende tenha sido procurada e habitada desde tempos bem remotos.

O nome de Resende parecer ser de origem visigótica. Não se sabe porém ao certo quem seria o senhor que lhe legou o nome. Fala-se de um D. Rausendo Hermegies, disento do Rei Ramiro II de Leão, que terá reconquistado estas terras aos mouros e que, por volta do ano de 1030, aqui terá mandado construir o seu Paço, a curta distância da Vila Actual.<sup>192</sup>

### A) Morfologia:

Situado na vertente setentrional da Serra do Montemuro e com o Rio Douro a banhar-lhes os pés, o Concelho de Resende, pertencendo actualmente à província do Douro Litoral e fazendo parte da Região de Turismo do Douro Sul, confronta com Lamego à Nascente, Cinfães a Poente e Castro Daire a Sul., isto é, encontra-se rodeado por grandes conjuntos montanhosos sendo de destacar o Maciço de Montemuro, cujos topos ultrapassam os 1 300m de altitude. É constituído por dois vales perpendiculares ao Douro e de amplas vertentes. São vales muito encaixados, situados entre cotas de altitude relativamente elevada, decaindo abruptamente em direcção ao rio, originando fortes declives, são normalmente estreitos, à excepção de poucas áreas planas na margem do Douro. Existem poucas superfícies planas, para além dos topos dos principais relevos (S. Cristóvão e S. João) só aparecem alguns interlúdios de topos ligeiramente aplanados. O Sul do Concelho está integrado no conjunto montanhoso do Montemuro, com altitudes elevadas, em geral acima dos 1 000m. Perante isto o Concelho beneficia de um vasto horizonte visual abrangendo, a norte, os concelhos de Baião e Mesão Frio e parte da Serra do Marão.

### B) Rede hidrográfica:

O Concelho de Resende localiza-se na bacia hidrográfica do Douro. Este curso de água é de extrema importância, possui um forte caudal, apresentando um perfil longitudinal regularizado pela construção das barragens. O rio corre num vale encaixado formando cotovelos mais ou menos apertados.

<sup>192</sup> Duarte, J. C. (1997). Resende e a sua História. Câmara Municipal de Resende.

Verifica-se assim que a rede hidrográfica do Concelho se organiza em função do Rio Douro, sendo constituída por um conjunto de pequenos ribeiros, que apresenta um desenvolvimento incipiente e pouco hierarquizado, pois aprecem apenas cursos de água de interesse local.

O Rio Cabrum e a Ribeira de S. Martinho, que atravessa o Concelho de Sul para Norte, são os de maior importância na estrutura física-social do Concelho, formando duas amplas bacias. Ambos correm em vales encaixados, de fortes declives e possuem um curso de água mais ou menos regular. Há ainda a salientar um conjunto de pequenas linhas de água que formam um conjunto de pequenas bacias que diversificam o concelho morfologicamente.

Quanto à qualidade da água, pode-se afirmar que os cursos de água não apresentam indícios de poluição. Em relação aos recursos hídricos subterrâneos há a referir a existência de águas termais bicarbonatadas, sulfurosas e sódicas, nas Caldas de Aregos.

O Rio Douro nunca foi uma barreira física, muito pelo contrário. A água é aliás um dos ricos recursos naturais do Concelho, quer na sua utilização para a irrigação, quer no abastecimento às populações, quer ainda como recurso de potencialidades termais, interesse paisagístico e económico, a promover sobretudo na sua componente turística.

### **C) Demografia, Ensino e economia:**

O Concelho abrange 15 freguesias: Anreade, Barrô, Cárquere, Felgueiras, Feirão, Freigil, Miomães, Ovadas, Paus, Panchorra, Resende, S. Cipriano, S. João de Fontoura, S. Martinho de Mouros e S. Romão de Aregos.

A sua área geográfica, aproximada, é de 120,60 km<sup>2</sup> e a sua população é de 12.370 habitantes.

Desde a década de 40 que se verifica uma tendência decrescente da população residente. Esta tendência justifica-se em certa medida pela existência de factores que contribuíram para que a população de Resende, com o evoluir dos tempos, fosse decaindo. As guerras coloniais constituem um dos factores que conduziram a uma perda de população. Também os fenómenos de emigração e migração levaram muitos Resendenses em busca de melhores condições, em países estrangeiros e nas cidades do litoral de Portugal. A estes factores associa-se uma baixa na taxa de natalidade, à semelhança dos índices nacionais. Tudo isto indica a existência de um mecanismo de repulsão populacional, especialmente na mais jovem, possivelmente justificada pela estrutura sócio-económica da região a qual é agravada

por dificuldades de inserção de meios humanos, pelo que a população do concelho tem envelhecido progressivamente.

O Concelho caracteriza-se por uma densidade populacional muito díspar, pois apenas 6 das 15 freguesias existentes concentram cerca de 70% da população em 40% da área total. A grande dispersão populacional conduziu a inúmeras dificuldades por parte da autarquia em fornecer às populações as condições básicas, tendo surgido para solucionar o problema o Plano Director Municipal (que define as metas a alcançar nos domínios do desenvolvimento económico e social do Município nas suas relações com o ordenamento do território).

Em face dos dados dos Censos 2001, confirma-se o decréscimo da população do Concelho em (9,5%). Também na Sede do Concelho se verifica um decréscimo de (10,6%), assim como na Vila de S. Martinho de Mouros (10,5%) e na freguesia de Barro (13,5%). A população aumentou nas freguesias de Anreade (3%) e Cárquere (6,2%) e, manteve-se praticamente estável em S. Romão de Aregos. Considera-se ainda acentuada a desertificação da Zona Sul/Centro, com taxas negativas da ordem dos 26,0%.

Também o Concelho de Resende não escapa à tendência do país e a pirâmide etária continua invertida, representando tal facto uma população envelhecida. Nas camadas mais jovens a percentagem da população é ligeiramente superior à do país.

A população mais jovem encontra-se em Cárquere (29,3%), enquanto que a mais envelhecida se encontra em Ovadas (37,9%), se bem que possam ser encontradas populações relativamente jovens em Anreade e Resende (27,6%).

As suas acessibilidades são, ainda, fracas, sendo servido pela sinuosa EN 222, que margina o rio, e pela linha ferroviária do Douro, do outro lado. A recém construída Ponte da Ermida, veio facilitar bastante as acessibilidades do Concelho, mas só após a construção da EN 222-2, de ligação ao IP3 e da ligação ao IP4, passando pela referida ponte.

A sua actividade empresarial justifica apenas 0,3% do volume de vendas da NUT III Tâmega, estando fortemente concentrada na Freguesia de Resende, que por si só justifica cerca de 74% do volume de vendas do Concelho. Os sectores económicos dominantes correspondem, para além do comércio, à construção civil, às indústrias alimentares e de bebidas, e à produção de electricidade. O sector primário absorve cerca de 26,08% da população empregada, o sector secundário cerca de 31,88%, enquanto que o sector terciário absorve cerca de 42,04%

Dentro da actividade agrícola, a cultura preponderante do Concelho é a Cereja, existindo uma empresa de média dimensão que procede à recolha do produto e à sua distribuição.

Conclui-se, que o tecido empresarial do concelho é débil, sendo que a actividade da construção civil é aquela que se apresenta como a mais preponderante e mais dinâmica. Isto porque, verificou-se um surto de construções fruto da emigração, do crescimento económico e das condições de acessibilidade ao crédito. Pode dizer-se que não há carência de alojamento. No entanto, há necessidade de renovação das habitações, face ao envelhecimento do parque habitacional e à carência de infra-estruturas e, houve a necessidade de se concentrar as novas construções na Sede do Concelho, que hoje em dia são muitas, mas que se encontra com uma taxa reduzida de ocupação, dado que na sua maioria pertencem a emigrantes.

Quanto à Educação, segundo os dados dos Censos de 1991 a Taxa de analfabetismo do concelho era de 24,8% e, de acordo com os Censos de 2001, a taxa desceu, para os 21,2%. Verifica-se também uma fraca escolarização da população, pois 25% da população não possui qualquer nível de ensino, 43,6% possui apenas o 1º Ciclo, 8% possui o 3º Ciclo, 6% o secundário e apenas 4% concluiu o ensino superior.

#### **D) património e história local**

Sendo o Concelho de Resende essencialmente agrícola e topograficamente condicionado pela orografia, tem nas suas áreas mais elevadas as suas raízes mais antigas e elementos caracterizadores da sua identidade. O grande número de núcleos habitacionais implantados na zona serrana são a sua reserva patrimonial, onde se encontram incólumes técnicas ancestrais de amanho da terra, de edificações, tradições e costumes que urge preservar.

É inegável o seu valor como referências de um “modus vivendi” ancestral, tendo retratados séculos de evolução nas técnicas de edificação, transformação de matérias-primas de adaptação ao meio.

Muitas construções, que nos trazem naturalmente à memória grandezas de outros tempos, estão dispersas pelo Concelho.

São os vestígios funerários pré-históricos e as pedras tumulares do tempo dos romanos; são as pontes arcaicas e as igrejas rurais da época do românico e, são ainda os templos elegantes do barroco e as casas solarengas dos fidalgos durienses.

**- Património Edificado:**

- \* Igreja Matriz de Barrô - Barrô
- \* Igreja Matriz de S. Martinho de Mouros - S. Martinho Mouros
- \* Igreja Matriz de Sta. Maria de Cárquere - Cárquere
- \* Capela de S. Cristóvão - Felgueiras
- \* Pontes sobre o Rio de Cabrum
- \* Ponte de Carcavelos - Cárquere
- \* Pelourinho de S. Martinho de Mouros

**- Património Arqueológico**

- \* Estância Arqueológica da Mogueira, em S. Martinho de Mouros
- \* Estância Arqueológica do Monte de S. Cristóvão
- \* Estância Arqueológica do Penedo de S. João
- \* Estância Arqueológica de Cárquere
- \* Estância Arqueológica da Quinta das Trapas

**- Casas Antigas e Solares**

- \* Casa da Torre - Anreade
- \* Casa de Pousada - Anreade
- \* Casa da Granja - Anreade
- \* Casa de Vila Pouca - Resende
- \* Casa de Sais - Resende
- \* Casa de Porto de Rei - S. João de Fontoura
- \* Casa Solar da Soenga - S. Martinho de Mouros
- \* Casa da Torre da Lagariça - S. Cipriano

**- Miradouros**

- \* *Miradouro do Penedo de S. João - Freigil*
- \* *Miradouro da Mogueira - S. Martinho de Mouros*
- \* *Miradouro de São Cristóvão - Felgueiras*

**- PATRIMÓIO CULTURAL:****- Festas, Feiras e Romarias**

- \* *Feira Anual de São Miguel - Resende*
- \* *Feira Anual de S. Cristóvão - Felgueiras*
- \* *Feira Quinzenal de Resende - Resende*
- \* *Feira Quinzenal de S. Martinho de Mouros - S. M. Mouros*
- \* *Festival de Folclore - Anreade, Cárquere, Paus*
- \* *Festa da Labareda - Resende*
- \* *Festa da Cerejeira em Flor - Paus*
- \* *Festa da Cereja - Resende*
- \* *Festa do Quarto Domingo - Cárquere*
- \* *Festas Religiosas do Padroeiro de casa Freguesia*

**- GASTRONOMIA**

Não existe registo escrito dos pratos típicos e característicos, especialmente desvendando os segredos dos mesmos, tudo porque as filhas aprendem com as mães e as mães aprenderam com as mães delas. O que é simples e natural é assim que acontece.

De salientar,

- \* Os painços
- \* O Anho Assado e o Basolaque
- \* O leite de botelha
- \* As papas
- \* O arroz de vessada
- \* O caldo de castanhas
- \* As batatas de sarrabulho
- \* A açorda de carne,
- \* O arroz de vinha d'alhos
- \* O farrapo velho
- \* As falachas e os formigos
- \* Os rosquilhos de Aregos
- \* As cavacas de Resende - segredo bem guardado pelas doceiras.

**Artesanato**

- \* tamancos
- \* mantas de farrapos
- \* bordados à mão
- \* chapéus de palha
- \* cestos de verga
- \* crivos e peneiras
- \* carros e arados
- \* croças, capelos e polainas de junco
- \* meias de lã e capuchas de burel
- \* breses de palha centeia
- \* violinos, armas e navalhas.
- \* candeias de azeite, lampiões de petróleo
- \* braseiras para o Inverno e regadores para a água.
- \* barro negro

**- Usos, Costumes e Tradições:**

O povo, dotado de extraordinária imaginação e de enorme criatividade, sempre foi capaz de arranjar brincadeiras de fazer rir, maldades de saborear e de seres de outro mundo para amedrontar. Abandonado tantas vezes nas suas doenças e aflições, acabava por descobrir, por si próprio, remédio para a cura dos seus males em rezas e benzeduras.

Assim, era Costume e Tradição brincar-se ao Carnaval e ao Entrudo e aos Santos Populares. Era hábito e Costume comemorar-se o Domingo de Ramos e o primeiro de Maio.

O Povo tinha e fez perpetuar algumas credices, lendas e tradições. Sobretudo porque Resende esteve afastada, até há pouco tempo, das vias de comunicação e dos meios de transporte, a sua riqueza cultural aguentou-se, por muito tempo, imune das influências, por vezes benéficas, por vezes nefastas, de culturas estranhas.

A maior parte das pessoas nasciam sem sair da sua aldeia. A cultura pela rádio e pela televisão chegou tarde. O povo que em geral não sabia ler nem escrever, tinha outra cultura - a sua, por sinal bem rica e interessante.

### **E) Equipamentos e Parceiros**

As actividades culturais têm como suporte algum tipo de infra-estruturas de equipamentos colectivos. Os espaços que se dispõem para se levar a cabo programas sócio-culturais são múltiplos e variados: bibliotecas, centros sociais, salas de conferências, casas de cultura, casas de juventude, clubes, museus, salas de exposições, teatros, centros de arquivo e documentação, etc..

É por demais evidente que os espaços e equipamentos constituem um elemento de sustentação da política cultural municipal e, esta não pode conceber-se sem o mínimo de infra-estruturas. Mas uma política cultural não pode conceber-se sem equipamentos, mas fazer-se equipamentos sem uma política cultural também não faz sentido, porque não são os equipamentos que contam mais, mas sim as pessoas e os processos culturais, capazes de os vivificar.

Era um dos graves problemas do Concelho de Resende, a falta de infra-estruturas culturais e recreativas, onde se possa praticar e realizar actividades com alguma qualidade. Mas com a construção do Auditório Municipal, do Centro de Animação e com o Museu Municipal, grande parte desses problemas foi colmatado, faltando agora os projectos culturais, ou a política cultural. No entanto, este problema não devia ser motivo da não realização de actividades sócio-culturais. Porque importa, também, de uma forma criativa e imaginativa aproveitar e utilizar os recursos culturais de que se dispõem, quer seja ao nível do património edificado ou quer seja ao nível do património natural.

Ou seja, nem sempre há necessidade de criar novos equipamentos, muitas vezes será mais conveniente a recuperação e a adaptação de edifícios histórica e culturalmente significativos que podem ser aproveitados para a realização de actividades sócio-culturais ou como lugares de encontro. Ou, utilizar e aproveitar os locais que as instituições já dispõem e que normalmente são utilizadas para outras funções, como por exemplo as bibliotecas ou as escolas. Também se deve pensar em remodelar ou reconverter para uso de actividades sócio-culturais locais e casas cujos fins sejam outros.



### **Parceiros/Colaboradores**

No intuito de combater a interioridade e o isolamento das populações importa incentivar a dinamização das estruturas existentes, quer associações ou instituições e, impulsionar a criação e apresentação de eventos ou acontecimentos, de forma a facilitar o acesso à cultura por parte das populações, distribuídas pelas suas aldeias, muitas vezes remotas em relação aos centros de produção artística, importa instituir alguns laços de trabalho e colaboração, no sentido de todos prosseguirem um só fim, o bem da comunidade ao nível cultural.

Assim, aponta-se de seguida algumas associações e instituições, que nos parecem de vital importância, para a dinamização sócio-cultural do Concelho.

#### **- GRUPOS DE ANIMAÇÃO**

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Miguel de Anreade  
Rancho Folclórico e Etnográfico de Santa Maria de Cárquere  
Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Paus  
Rancho Folclórico de Santa Maria de Barro  
O Grupo Coral de Resende  
Conjunto Musical “Pele e Osso”  
Conjunto Musical “Banda D’Ouro”  
Conjunto Musical “Banda Fixe”  
Conjunto Musical “Raio de Sol”  
Banda de Música “A Velha”, de S. Cipriano  
Banda de Música “A Nova”, de S. Cipriano  
Grupo de Bombos “Bons Mouros”  
Grupo de Bombos de Miomães  
Grupo de Bombos de S. Romão

#### **- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:**

13 Jardins de Infância  
21 Escolas do 1º Ciclo  
1 Escola EB/2 de Resende

- 1 Escola ES/3 de Resende
- 1 Externato D. Afonso Henriques
- 1 Polo de Formação Profissional

**- ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS:**

- Clube Náutico de Caldas de Aregos
- Grupo Desportivo de Resende
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de S. Martinho de Mouros
- Casa do Futebol Clube do Porto de Resende
- Associação Desportiva e Recreativa de Barrô
- Comissão de Melhoramentos da Talhada
- Associação Desportiva e Recreativa de S. Romão
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Pró-Resende
- APROLIF - Associação Pró-Linho de Felgueiras
- Associação de Jovens e Amigos de Ovadas
- AIA – Associação Internacional de Artistas

**- OUTRAS ASSOCIAÇÕES:**

- Associação de Estudantes da Escola ES/3 de Resende e Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques
- Agrupamento de Escutas de Resende e Agrupamento de Escutas de S. Martinho de Mouros
- Associação de Comerciantes de Resende
- Associação de Agricultores

**- OUTRAS INSTITUIÇÕES:**

- Santa Casa da Misericórdia de Resende
- Irmandade S. Francisco Xavier
- Casa do Povo de Resende
- Casa do Povo de S. Cipriano
- Termas de Caldas de Aregos

A **Câmara Municipal de Resende**, este não será um simples colaborador ou parceiro. À Câmara Municipal cabe o papel de primeiro agente de desenvolvimento local. Ou seja, e a quem cabe dar o ponta pé de saída, ou através do seu próprio quadro de recursos humanos, ou através do incentivo da criação de uma agência de desenvolvimento.

Analisando estatisticamente os planos de actividades/orçamentos da autarquia, podemos afirmar que a aposta da mesma não será num turismo cultural. Especificamente, para o ano de 2004 e 2005, foi disponibilizada uma verba de 400 mil euros para a educação, no entanto, 325 mil foram gastos em questões logísticas como transportes e alimentação. Para 2006 a verba aumentou para 580 mil dos quais 445 será para as ditas questões logísticas. Ao nível cultural, em 2004, foi gasta uma verba de 200 mil euros. Em 2005 foi disponibilizada uma verba de 375 mil euros, da qual 104 mil foi gasta nas festas concelhias, 85 mil em publicações de divulgação/comunicação, 40 mil no festival da cereja, 20 mil no projecto música no douro, 72 mil para a constituição do espólio do museu e animação do mesmo, 12 mil na animação do auditório e centro de animação.

Para a protecção do meio ambiente e conservação da natureza, em plano, está atribuída uma verba de 10 mil euros.

#### **F) Recursos hoteleiros e restauração:**

O primeiro hotel de que há memória no concelho terá sido construído em Aregos, para serviço das Caldas e por volta de 1910. Foi o Hotel Parque que funcionou até 1970, nas épocas de veraneio e de funcionamento da Estância Termal.

Com a desactivação das Termas na década de setenta, este e outros hotéis que entretanto haviam surgido, ficaram praticamente fechados por não terem clientela e deles só restam edifícios arruinados, com os nomes na fachada, para testemunho das grandezas de outros tempos.

Actualmente, podemos quantificar, os seguintes recursos hoteleiros:

Pensão Portugal	Caldas de Aregos
Douro Park Hotel	Caldas de Aregos
Albergaria de Caldas de Aregos (13 quartos)	Caldas de Aregos
Residencial Túnel (20 quartos)	Anreade
Residencial da Granja (11 quartos)	Resende
Residencial Califórnia (29 quartos)	Resende

Turismo em Espaço Rural:

Casa de Fundo d'Aldeia (Q:7; C:14)	Anreade
Casa do Souto (Q:4; C:8)	Anreade
Quinta do Carujeiro (Q:5; C:10)	Miomães
Quinta do Ribeiro (Q:4; C:7)	Resende
Casa de S. Gens (Q:2; C:4)	Resende

Restauração:

Empreendimento “Estrela do Douro” – Caldas de Aregos

Restaurante “Douro à Vista” - Resende

Churrascaria “O Túnel” - Anreade

Restaurante da Granja - Resende

Restaurante Catefica - Resende

Restaurante “Paga Tu” - Resende

Restaurante “O Emigrante” - Resende

Restaurante “Bengalas” - Resende

Restaurante “Gentleman” - Resende

Restaurante “O Pitas” – Resende

**G) Polos de atracção:**

*O Rio Douro e o Barco Rabelo*, foram dois factores inseparáveis na vida dos povos durienses e das gentes desta terra, mau grado as dificuldades da navegação, num rio de margens alcantiladas e pouco menos inacessíveis, num leito pedregoso e irregular, cheio de mil perigos, com a imagem da morte sempre à vista. Um só tipo de embarcação, o Barco Rabelo, conseguia vencer as galerias.

O Rio já não ouve as vozes húmidas dos arrais e os barcos já não sobem à Régua e ao Pinhão. Estão aposentados. São os últimos descendentes de uma família heróica e generosa, que trabalhou e sofreu e matou a fome a muita gente. Agora apenas servem para consolar olhares de turistas curiosos e fazer publicidade de um vinho que já não trazem, nem bebem, nem conhecem.

No Verão, humilde e pobre, quase ficava sumido e envergonhado. Uma enguia longa, deformada e quase seca. Quase se passava, pulando, para o outro lado. Mas no Inverno, engordava de repente, ficava barulhento, fanfarrão e ganhava tanta força que arrastava troncos e casas, levava vinhas e tonéis e engolia gente e animais. Resende deve muito ao Rio. A sua história, sem o Douro, era diferente. Muita gente matou a sua fome no rio. Muitos poetas foram lá beber a sua inspiração. E foi sempre pelo Douro que Resende partiu para o mundo!...

O Douro hoje, já não tem raivas, nem poço, nem galerias. É uma estrada plana e calma que reflecte, nas suas águas, o colorido do sol-por entre as montanhas e a verdura macia e fresca dos acordares matinais. Mas também já não há sáveis nem lampreias, nem barcos rabelos de velas enfunadas a passar.

Os *Aglomerados Serranos*, na Zona da Serra, associados à exploração agrícola e criação de gado, podemos referir o conjunto de aglomerados existentes, que mantêm as características de aldeia serrana, com as construções muito concentradas ao longo dos caminhos de distribuição e acessos internos, tendo muitas delas o largo/eira como estrutura espacial comum.

As características das construções revelam a sua origem e função agrícola, com a organização dos espaços respondendo às necessidades de guarda de instrumentos e alfaias agrícolas e animais, numa relação de proximidade íntima com a habitação, conservando ainda em muitos casos processos construtivos primitivos originais, como o pavimento de sobrado e a cobertura em colmo.

No entanto, a renovação construtiva e de imagem destes aglomerados processa-se a um ritmo muito lento, destacando-se com maior presença as poucas construções novas que se implantam em terrenos periféricos, mantendo-se, no entanto, o padrão e morfologia dominantes. Este lento movimento de renovação dos aglomerados serranos reflecte o seu progressivo definhamento ocupacional, podendo em alguns casos vir a verificar-se o fim da sua ocupação.

A exploração actual das actividades tradicionais é feita por uma população envelhecida e as novas gerações não encontram razões de permanência suficientemente fortes e compensatórias para a fixação e conseqüente renovação do quadro físico. E, apesar de serem servidos por novas estradas municipais, a sua localização geográfica não faz deles lugares potenciais para a fixação de novas actividades o que implica que as razões para a fixação de população são escassas e sobretudo ligadas a laços familiares e transmissão de propriedade.

Podemos pois afirmar que os aglomerados serranos, constituem um conjunto bem definido de ocupação territorial, pela sua dimensão, tendências de crescimento e função no tecido económico, são sobretudo uma reserva patrimonial, cujo aproveitamento dependerá de novas oportunidades de actividades económicas que venham a ser exploradas, sejam as ligadas ao aproveitamento de recursos naturais, quer sejam as ligadas ao sector do turismo.

*Caldas de Aregos*, esta localidade diferencia-se dos restantes lugares quer pela sua localização junto ao rio, quer pela forma como agrupou as suas construções, definindo um núcleo implantado num pequeno morro e que levou à implantação de construções de maior porte que, pelo seu volume e função (pensões ligadas ao turismo termal) conferem a Caldas de Aregos a marca diferenciadora dos restantes lugares da freguesia em que se insere (Anreade) e do Concelho.

Reside, aliás, nesta potencialidade de serviços e turismo baseados na exploração das termas, o factor principal que pode revitalizar este aglomerado, aproveitando as suas características morfológicas e paisagísticas. Caldas de Aregos pode desempenhar um papel importante nas acções de atracção de actividades económicas.

*S. Martinho de Mouros*, a importância desta Freguesia resulta da sua função de sede de concelho. Esta Vila dispõe de uma organização espacial hierarquizada, ligando dois pólos constituídos pelo núcleo central mais urbano, onde se localiza a igreja do Senhor do Calvário e um conjunto de construções de vários pisos e rés-do-chão com alguma actividade comercial e, um outro núcleo identificado pela igreja românica. Ligando estes dois núcleos, uma rua ladeada de casas de diferentes volumes e tipologias, onde se localiza o pelourinho (monumento nacional). Têm-se verificado um crescimento do aglomerado e uma procura relativa. E, logo na sua fronteira de salientar Porto de Rei, com a sua praia fluvial e histórias de encantar.

*Resende* - Sede do Concelho, com efeitos de atracção pelo número de serviços e equipamentos públicos que dispõe. Nomeadamente, Museu Municipal, Biblioteca Municipal, Auditório Municipal, Piscinas Municipais, Campo de Ténis, Pavilhão Desportivo, Posto de Turismo

Os aglomerados de *S. Martinho de Mouros*, *Caldas de Aregos* e *Resende*, constituem pois o conjunto de lugares urbanos onde se poderá polarizar os principais investimentos ao nível dos equipamentos, recuperação patrimonial e melhoria do espaço público.

Também a Freguesia de *Santa Maria de Cárquere*, pela imponência do seu Mosteiro, pela riqueza da sua história, ligada ao nascimento de Portugal e pelo património arqueológico existente pode ser um forte pólo de atracção turístico-cultural.

## 2 – O MUSEU MUNICIPAL DE RESENDE

### 2.1 - A VOCAÇÃO DO MUSEU

De acordo com o Programa Museológico, elaborado pelo Dr. Agostinho Ribeiro, Director do Museu de Lamego, o Museu Municipal de Resende será uma estrutura de carácter cultural e artístico, vocacionada para a recolha, estudo, conservação e divulgação do património resendense, sobretudo na sua vertente arqueológica e etnográfica.

Será uma estrutura cultural porque privilegiará os testemunhos identificativos da vida, usos e costumes tradicionais do Concelho de Resende. E, será uma estrutura artística, porque ficará dotado de uma infra-estrutura que irá permitir o acolhimento e divulgação dos artistas, passados e contemporâneos, nos mais diversos sectores da criação humana.

Assim, pretende-se atingir estes objectivos através de uma intensa actividade de animação, em que as exposições temporárias marcarão os ritmos artísticos e culturais de Resende, quer através do funcionamento do pequeno auditório para realização de concertos, seminários, colóquios e conferências, quer ainda pela utilização do centro de documentação que se pretende instalar no mesmo edifício. Este Museu será tendencialmente pedagógico, pelo que deverá privilegiar-se o público escolar, sem prejuízo da sua abertura ao público em geral, que deseje conhecer com maior profundidade alguns dos aspectos mais marcantes da vida do Concelho de Resende.

A grande riqueza arqueológica e o extraordinário património etnográfico de que é detentor constituem os pilares fundamentais do Museu Municipal, que terá por missão a sua salvaguarda e valorização, pelo que se assumirá como um instrumento de sensibilização para a conservação de todo o património cultural do Concelho, concentrando as suas maiores energias nos grupos etários mais jovens, por forma, a que se consiga construir, a curto e médio prazo, uma geração de resendenses conscientes da importância do património que possuem e da responsabilidade inalienável de o saberem transmitir, nas melhores condições possíveis, às gerações vindouras.

Definida esta grande vocação do Museu, este não poderá nunca “viver” de costas voltadas para a população, pelo contrário, deverá pautar sempre a sua actuação com um permanente diálogo e interligação com o meio envolvente, dando particular atenção às relações que deverá estabelecer com todos os estabelecimentos de ensino existentes na região. Deverá assumir-se como centro interpretativo da evolução do Concelho desde as origens do seu povoamento até à idade contemporânea. Propõem-se prosseguir e aprofundar o cumprimento dos programas sócio-culturais, como instituição destinada a preservar,

investigar, expor e divulgar os seus valores patrimoniais, em comunicação permanente com a comunidade.

As suas colecções pretendem identificar a herança de uma sociedade rural, que foi progressivamente modelando um território aparentemente circunscrito (com os seus montes, os seus campos, os seus rebanhos e o seu artesanato tão activo) mas sempre interligado por múltiplas relações de curta, média e longa distância.

Os objectos a expor são referências históricas de um município que construiu a sua história e a sua cultura rural a partir de uma vida agrícola intensa, onde o agricultor, o pedreiro, o ferreiro, o carpinteiro, o cesteiro, a tecedeira, entre outros artífices do quotidiano foram no seu anonimato, as personagens desta construção cultural que chegou até ao século XXI.

A colecção histórica tem como missão evocar aspectos do passado histórico desta terra através de objectos, sons e imagens que identificam ideias e fenómenos sociais do passado. A história antiga encontra-se também documentada por uma colecção arqueológica.

Enquanto espaço museológico, reconstruído para a preservação e divulgação do património no seu local de origem, o Museu Municipal de Resende visa promover o desenvolvimento cultural das populações, atendendo à ancestralidade dos valores histórico-culturais de cada comunidade, que nele se procurará rever e afirmar.

Como tal, cabe-lhe um duplo papel: retrospectivo e prospectivo.

Retrospectivo dentro da noção mais tradicional e elementar de museu - a salvaguarda e preservação dos elementos que constituem parte integrante da vida e cultura das gentes do Concelho. Prospectivo porque, enquanto instituição viva e dinâmica, deverá se o pólo potenciador e dinamizador da actividade cultural do Concelho.

Partindo do conceito de multidisciplinaridade como ideia orientadora geral - conceito a que se encontra subjacente a noção de abertura e de investigação constante -, o Museu assume-se como um foco aglutinador de tudo o que sobre e de Resende foi consolidado.

Assim, vértice de múltiplas manifestações culturais, o Museu será ponto de encontro (ou reencontro) das gentes do concelho com a sua própria terra. Pretenderá não só conseguir chamar essas mesmas gentes, mas ir ao seu encontro, assumindo aqui preponderância a colaboração/intercâmbio com as escolas, associações, sociedades recreativas ou outras instituições sócio-culturais. Será também o ponto de partida para a descoberta do património cultural e histórico do Concelho, através da realização de percursos pela história.

De salientar e realçar que o Museu estava a ser constituído aquando da pesquisa para o trabalho e foi inaugurado no dia 3 de Junho de 2006.



## 2.2 - AS COLECÇÕES:

O espólio fundamental do Museu Municipal será constituído pelas seguintes colecções:

### ARQUEOLOGIA:

-» **Espólio megalítico** - de reduzidas dimensões, é constituído por machados de pedra polida, micrólitos em sílex, contas de colar discoidais, lâminas em sílex, fragmentos de cerâmica e moinhos manuais.

-» **Espólio castrejo e romano**, é constituído por pedras epigrafadas, bases de colunas, fustes, tégulas, tijolos, mós, aras, algumas moedas e grandes quantidades de cerâmica.

### ETNOGRAFIA:

-» Artesanato, constituído por olaria de barro preto, cestaria, palha, lacado, latoaria, linho, etc.

- » Instrumentos musicais;
- » Objectos de uso doméstico;
- » Alfaias agrícolas;
- » Trajes regionais;
- » Ciclo do linho;
- » Barcos Típicos;
- » Moinhos de Montanha;
- » etc.

Admite-se ainda a integração de **outras colecções**, nomeadamente:

- » Espólio do Engenheiro Edgar Cardoso
- » Numismática;
- » Pintura.

Em face destes elementos, considera-se possível a exposição nos seguintes termos:

\* uma sala com algum espólio do Engenheiro Edgar Cardoso, ao nível de maquetas de trabalho e alguns objectos pessoais;

\* uma sala com dois núcleos arqueológicos, um sobre o **período megalítico**, com as espécies expostas em vitrines horizontais e/ou verticais e as paredes em fundo com ilustrações elucidativas e, outro sobre o **período castrejo e romano**, seguindo a mesma metodologia de apresentação, mas com as peças de maior dimensões a serem expostas em estrados ou suportes museográficos atractivos que permitam uma fácil leitura da função original de cada peça;

\* duas salas com três núcleos etnográficos - **A Casa, O Trabalho e O Lazer** - tentando uma cenografia não aparatosa que retrate, com a fidelidade possível, estas três realidades:

**A Casa** - recriação de interiores onde se exponham os objectos de uso doméstico e os respectivos trajes;

**O Trabalho** - alfaias agrícolas, roupas de trabalho e breve descrição das principais fontes de sustento das famílias. Poderá conceber-se um espaço exclusivamente dedicado ao ciclo do linho e aos barcos típicos;

**O Lazer** - trajes de festa, instrumentos musicais e breve descrição das principais festividades cíclicas de Resende.

Na secção final da última sala, havendo espaço para o efeito e devidamente demarcada da restante colecção poderá reservar-se um espaço para albergar a colecção de numismática e de pintura.

## 2.3 - O ORGANOGRAMA DO MUSEU

### 2.3.1 - O EDIFÍCIO E AS SUAS INFRA-ESTRUTURAS

O edifício onde está instalado o Museu Municipal serviu de cadeia.

É um edifício de dois pisos, cujos espaços estão organizados em função da sua primeira vocação, sendo possível, com a introdução de algumas modificações estruturais, adaptá-lo às novas funções museológicas (com o mínimo de alterações estruturais).

De acordo com a proposta do Director do Museu de Lamego, os arquitectos, Manuel Magalhães e Eduardo Oliveira, elaboraram um projecto de reconstrução/adaptação do edifício para Museu, tendo em conta a necessidade de criar espaços adequados ao funcionamento dos seus principais serviços, que resultam das atribuições gerais de qualquer Museu - recolha, conservação, estudo, exposição e divulgação de um dado património artístico e cultural e, a possibilidade de existência de outros serviços complementares, no sentido de transformar esta estrutura num espaço de arte e lazer, atractivo e acolhedor a qualquer utente/visitante.

Importava ainda considerar a necessidade de se criar espaços para a existência de serviços administrativos, técnicos e de animação/divulgação. Nos primeiros serão integrados a competência da organização administrativa do Museu, nos segundos serão incluídos todas as responsabilidades inerentes à recolha, estudo, conservação e exposição das espécies e nos terceiros serão enquadrados os sectores ligados à actividade cultural e de lazer do Museu (serviços educativos, exposições temporárias, auditório, cafetaria, loja, etc.).

Os espaços do Museu são definidos segundo o nível de acessibilidade dos utentes/visitantes. Pelo que, se pode equacionar os espaços públicos, públicos controlados e privados:

- » Espaços públicos - recepção, vestiário, sanitários, loja e cafetaria;
- » Espaços públicos controlados - galerias de exposição permanente e temporária, auditório, biblioteca/centro de documentação e locais de animação;
- » Espaços privados - gabinetes de direcção, conservadores, técnicos de conservação e administrativos, sala de reuniões, arquivos, oficinas de restauro, laboratório fotográfico, reservas, armazéns de materiais para exposições, sanitários e vestiários, centrais de segurança, etc..

No entanto, tendo em conta a classificação dos espaços funcionais, podemos fazer a seguinte caracterização:

-» **Centros de investigação** - que se constituem como base de todas as actividades da instituição, dado que investigar é o ponto de partida da actividade museológica - suporte da sua política de gestão e de acção cultural;

-» **Centro de Documentação e Informática** - que aglutina toda a informação resultante da pesquisa proveniente do Centro de Investigação e disponibiliza ao público - estudantes, professores e investigadores, todo o material documentador da história e património local;

-» **Arquivo Histórico** - que é constituído por um acervo de documentos de origem municipal, devendo vir a integrar outros fundos ou documentos isolados - provenientes de entidades públicas ou privadas - que sejam de interesse histórico para o Concelho (sala de leitura - consulta e presença de público);

-» **Salas de exposição** - as exposições potenciam os resultados da investigação e permitem às populações estabelecer um maior domínio e conhecimento sobre o seu próprio processo histórico.

-» **Auditório do Museu** - assume-se como um espaço vocacionado para a realização de eventos sócio-culturais e pedagógicos, sejam da responsabilidade do Museu, da Câmara ou de Identidades externas;

-» **Ateliers/Oficina** - seguem a ideia da pluri-funcionalidade, devendo adequar-se sempre que possível à temática das exposições temporárias;

-» **Pólos Museológicos** - a criação de pólos ou núcleos museológicos prendem-se com a valorização e conservação do Património local e assenta na ideia de que sempre que possível a musealização de espaços deve fazer-se *in situ*.

Assim, fruto do trabalho elaborado, o futuro Museu Arqueológico e Etnográfico do Município de Resende terá as seguintes infra-estruturas:

- **Cave** (a incluir) - Reservas, Oficina e Sanitários.

- **Rés-do Chão** - Recepção e loja, sanitários, 4 Gabinetes, Galerias de circulação de exposição permanente, 3 espaços de Museu, Nave de exposições temporárias (19m x 11m), espaço multiusos para serviços educativos e oficinas de expressão (17m x 5m), oficina de restauro e Auditório.

- **1º Andar** - Centro de documentação, 1 gabinete, cafetaria/esplanada, sanitários, Sala Museu e 3 Galerias de circulação.

### 2.3.2 - O QUADRO DE PESSOAL DO MUSEU

Sendo o Museu de pequenas dimensões alguns dos serviços propostos serão assegurados pelos mesmos responsáveis, não fazendo sentido a constituição de um quadro de pessoal contemplando, para cada sector, um corpo específico de profissionais que iriam onerar as despesas correntes do seu funcionamento.

O número de postos de trabalho especificamente vocacionadas para as tarefas museológicas foi estabelecido em função da dimensão do Museu e, de acordo com os pareceres do Museu de Lamego e da Rede Portuguesa de Museus, com quem se pretende estabelecer protocolos de colaboração, no sentido de garantir a plena eficácia da sua acção, beneficiando do apoio daquelas estruturas nas áreas em que se encontre tecnicamente menos apetrechado.

O Museu integra o Sector da Educação e Cultura, cuja orgânica institucional esta dependente da Repartição do Serviços Sociais e Culturais.

Assim, a composição, dimensão e qualificação do pessoal previsto para o Museu contempla o pessoal mínimo indispensável ao seu bom funcionamento:

-» **Conservador** - que realiza e coordena trabalhos de inventariação, investigação, estudo, exposição, divulgação e organização do património cultural. Coordena, ainda, acções de conservação;

-» **Técnico Superior (de Museologia)** - que colabora com o Conservador nas áreas do planeamento, gestão, investimento, investigação e divulgação museológicas;

-» **Técnico Profissional de Museografia** - que executa sob orientação do Conservador ou do Técnico Superior, trabalhos diversos nas áreas da conservação preventiva, inventariação, estudo, exposição e comunicação do património cultural;

-» **Administrativo** - que desempenha as funções de apoio administrativo necessárias ao bom desempenho do Museu;

-» **Vigilante-Recepcionista** - que zela pela integridade do património; executa as tarefas necessárias de manutenção, vigilância e segurança sobre os bens móveis e o imóvel; usa os meios audio-visuais e outros adequados à função; apoia acções de emergência de

salvaguarda do património, devidamente comprovadas; acolhe o público, orienta, encaminha e presta informações de carácter geral sobre o património, colecções e espécies sob a sua responsabilidade;

-» **Auxiliar de limpeza** - que executa tarefas indispensáveis à boa apresentação do Museu, do ponto de vista da higiene e limpeza de todos os seus espaços.

As áreas funcionais a que correspondem acções de conservação curativa e de restauro das espécies museológicas, bem como de acções de formação do pessoal do Museu, serão asseguradas com recurso a protocolos de colaboração com o Museu de Lamego e com a Rede Portuguesa de Museus, ou com empresas privadas, devidamente creditadas junto destas entidades.

### 3 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

#### 3.1 - INTRODUÇÃO

Compete ao Poder Local estabelecer as grandes linhas estruturantes do desenvolvimento dos Municípios ao nível do ordenamento, do planeamento, da programação, da regulamentação e da execução. Torna-se necessário, para isso, de traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico-social, do planeamento territorial e urbano, do fomento das actividades, das infra-estruturas e dos equipamentos.

São várias as funções das Autarquias, que se consideram fundamentais para se poder desenvolver sustentadamente um Concelho, sendo de salientar: garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural, a melhoria das acessibilidades, a criação de incentivos à fixação das populações, sobretudo dos mais jovens, a salvaguarda da reserva agrícola, potenciar o desenvolvimento do sector agro-pecuário e florestal, a promoção e recuperação do património e a protecção dos valores naturais e paisagísticos.

O principal estrangulamento que se verifica nos municípios, sobretudo de interior é no domínio dos Recursos Humanos, principalmente no que diz respeito a empreendedores e técnicos capazes de promover iniciativas produtivas que empurrem os concelhos para uma dinâmica que lhes permita romper o bloqueio do sub-desenvolvimento. Razão pela qual se julga necessário: promover acções de formação nos domínios da cooperação, do associativismo e da gestão moderna; promover acções com a participação dos elementos dinâmicos existentes, explorando os principais recursos como seja o património e o turismo; promover iniciativas para valorizar o património cultural, permitindo às populações um importante acesso à cultura; promover operações que divulguem o concelho; promover a defesa da paisagem como recurso de interesse local e nacional.

Ou seja, o desenvolvimento de uma região exige a criação de condições básicas, mas também de condições culturais de motivação, de valores, de instrução e de tradições.

Diversos municípios ou regiões, pela sua singularidade e pela riqueza e diversidade da oferta turística e cultural e, pelas sinergias que são capazes de gerar, a partir do que há e do que pode ser aproveitado ou instalado para o seu enriquecimento, podem e devem potenciar outros sectores de actividade em razão da atracção de visitantes ou de turistas. Desde o incentivo à produção agropecuária e artesanal, ao aproveitamento das águas minero-medicinais, à prestação dos mais diversos serviços, designadamente na área dos guias dos



desportos tradicionais ou radicais, ao apoio na realização de percursos ou de passeios, a mostras dos usos, costumes e tradições, etc.

Tendo em conta o património histórico, as tradições, o artesanato, a gastronomia e a doçaria, o folclore e os atractivos das próprias barragens e albufeiras, as feiras e as romarias, a caça e a pesca, assim como as estruturas turísticas e hoteleiras existentes e/ou a criar para a fixação de turistas, será possível constituir, interessantes circuitos e estruturas de animação que proporcionem uma aprofundada observação e usufruição do património natural e construído, que dêem consistência a um produto turístico e cultural explorável comercialmente.

Por isso, a aposta deve ser numa valorização concertada e articulada entre os vários recursos locais que podem conferir valor turístico e cultural, de forma a alcançar um pleno desenvolvimento.

As políticas culturais a levar a cabo devem ter em conta que as indústrias culturais são um ramo importante da economia, porque criam emprego. A cultura, no seu sentido mais amplo (educação, comunicação, saber-fazer), é um factor de desenvolvimento económico, porque o património cultural, sob a forma de museus, monumentos, locais históricos, paisagens, para além de dimensão identitária é também um recurso turístico.

Para o efeito o Museu tem de ser uma instituição viva e interveniente, tem de ser um espaço polivalente de animação, tem de ser um recurso da escola, uma ponte na vida de uma comunidade local entre o passado e o presente. Terá de ser um porto seguro e solidário para com os problemas ecológicos, sociológicos e humanitários, deverá ser um ponto de partida para a problematização, para o questionamento e a intervenção na comunidade local, tendo em vista o seu desenvolvimento social, económico e sobretudo cultural.

Os municípios devem participar na prossecução de uma política globalizante de desenvolvimento cultural que promova o aparecimento e a realização de projectos culturais próprios e da iniciativa privada, ao nível individual ou em colectividades, de reconhecida qualidade e de interesse para o município. A dinamização cultural, singular ou colectiva é uma das grandes motivações para uma vida saudável, cultivando o espírito de grupo, a inserção na sociedade e a formação cultural a que todos devem ter acesso.

Importa evidenciar esforços no sentido de se realizar um aproveitamento e uma dinamização, em ordem a uma prática política mais profunda, de efeitos globais, a partir da base real da vida das populações. Importa articular propostas de animação e dinamização sócio-cultural, promovendo uma oferta regular, descentralizada e de qualidade ao nível da acção cultural e turística. Num município onde haja um património cultural de interesse

nacional, a defesa e a preservação da matriz cultural, o respeito e o reforço da identidade, a afirmação e o protagonismo de um Concelho no contexto regional e o desenvolvimento sócio-económico das populações, devem ser os princípios e objectivos orientadores da acção do poder local.

Para o efeito devem realizar-se actividades capazes de oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado, que permite assegurar a revitalização do tecido económico rural. Através do artesanato, da produção, venda e exploração dos produtos tradicionais, os serviços de transporte e restauração, de animação e de guias, etc.

O património é importante para o reencontro da identidade e da vitalidade pela população de um determinado território, tornando-se urgente criar mecanismos que permitam por fim à sua degradação e que promovam a sua recuperação e reanimação.

O direito à memória, assim como o direito ao ambiente e ao desenvolvimento, faz parte da nova geração de direitos fundamentais, pelo que se deve lutar não apenas pela defesa do ambiente e do património natural, mas também pelo património construído e a sua carga cultural inerente, ou seja pelo *cultivo de memórias*.

Assim, o planeamento baseado na comunidade dever ser usado no campo do desenvolvimento para integrar os residentes locais e os utilizadores de serviços em processos participativos para desenvolver e implementar projectos e programas de serviço local.

O papel institucional da animação é o de fazer circular todo o tipo de discurso cultural da maneira mais eficaz possível, ou seja, é o de gerar processos de participação cultural da maneira mais ampla possível. Cabendo ao animador o papel de ser mediador entre a arte e o povo e a função de comunicar bens culturais, desencadeando processos de dinamização cultural.

O Museu, encerrando em si uma visão de conjunto do contexto em que se insere, é um instrumento ao serviço da sociedade e da sua cultura, da mudança social, da educação e do seu desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, o Museu Municipal de Resende será o ponto de partida para o desenho de um Plano estratégico de desenvolvimento local.

### 3.2 - ANÁLISE SWOT

Para que um projecto de desenvolvimento local, ou qualquer outro, funcione e seja eficaz, importa que seja edificado sobre bases e pilares estruturados, específicos e criados para uma realidade em concreto. Neste caso, para um território delimitado, com uma identidade própria e com determinados recursos endógenos.

Ainda antes de fixar os seus objectivos para o futuro, ou os seus programas concretos, devesse proceder a uma análise da situação real no contexto e no meio onde se insere. O primeiro passo será pois analisar, em traços gerais, o que o território tem de positivo e de negativo e, o que a partir daí se pode construir. Recorrendo, para isso, a informação objectiva e a informação qualitativa complementar

Para o efeito elaborou-se uma análise SWOT, ou seja, elaborou-se o diagnóstico das Potencialidades, dos Riscos e Ameaças, das Oportunidades e das debilidades, do Concelho de Resende

POTENCIALIDADES	RISCOS E AMEAÇAS
<p>-» Aumento da procura do Turismo Cultural</p> <p>-» Localização Geográfica do Concelho</p> <p>-» A riqueza dos recursos naturais e culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O Rio Douro e seus afluentes</li> <li>- Os Aglomerados Serranos</li> <li>- Caldas de Aregos</li> <li>- Porto de Rei</li> <li>- Património Edificado</li> <li>- A Arqueologia</li> <li>- O Artesanato e a Etnografia</li> <li>- Os usos, costumes e tradições</li> <li>- A gastronomia</li> </ul>	<p>-» Alteração dos recursos naturais e culturais</p> <p>-» perda dos costumes tradicionais</p> <p>-» falta de participação</p> <p>-» incapacidade para captar programas de desenvolvimento e outros recursos financeiros</p> <p>-» inadequação do público-alvo</p>

<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>DEBILIDADES</b>
<p>-» crescimento do interesse pela cultura e turismo rural</p> <p>-» incremento da preferência por produtos ecológicos e artesanais</p> <p>-» possibilidade de captar novos mercados e fluxos turísticos</p> <p>-» possibilidade de oferta de produtos rurais diferenciados e exclusivos</p> <p>-» condições para por em marcha um processo de desenvolvimento local e sustentável, fruto da possibilidade de desenvolver sectores como o sector agrário, agro-alimentar ou do turismo alternativo</p> <p>-» criação de postos de trabalho, qualificado, de actividades económicas não tradicionais e de actividades tradicionais</p>	<p>-» limitado alojamento turístico de qualidade</p> <p>-» inexistência de infra-estruturas de apoio aos recursos históricos e culturais</p> <p>-» situação de abandono do património arqueológico</p> <p>-» desertificação e envelhecimento da população activa, em especial das aldeias serranas</p> <p>-» falta de sensibilidade para o património e para o ambiente</p> <p>-» desconhecimento e desvalorização da cultura autóctone</p> <p>-» desmotivação dos empreendedores e fluxo estacional da procura turística</p> <p>-» burocratização</p> <p>-» incapacidade para conseguir processos de participação</p> <p>-» não aposta da autarquia no turismo</p> <p>-» baixa qualificação</p>

### 3.3. - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para muitos autores<sup>193</sup> a planificação<sup>194</sup> é o elemento fundamental na direcção das organizações, pelo que a análise do meio ambiente, a previsão, a fixação de objectivos, a eleição de estratégias e a selecção de projectos e programas são acções primordiais.

Roche<sup>195</sup> considera que um plano estratégico deve, no entanto, ser: flexível (que permita a possibilidade de uma adaptação permanente); global (que abarca toda a organização no seu conjunto); operativo (que seja possível de se levar a cabo); participativo (resultando de um processo de participação da equipa); formal (escrito de acordo com uma metodologia); conhecido (pelo conjunto da organização envolvida).

Assinaladas as Potencialidades, os Riscos e Ameaças, as Oportunidades e as Debilidades do Concelho, verifica-se que a preservação do meio natural ou construído é importante e necessário, mas não é menos necessário de este ser completado pela animação turística e pelo lazer, sem nunca esquecer a especificidade e a autenticidade do produto que se quer sempre genuíno. A diferenciação deverá ser com base na tradição na autenticidade e originalidade da história e da realidade local, na hospitalidade, no folclore, na gastronomia e no artesanato.

As políticas deverão ser concertadas de apoio ao comércio tradicional, ao turismo no espaço rural e às microempresas, explorando as artes e ofícios tradicionais, potenciando oportunidades e estratégias de desenvolvimento local e rural de grande impacto nas preocupações de base, de preservação do ambiente do património, da criação de emprego e da democratização da cultura.

Será pois necessário levar a cabo medidas de:

- valorização ambiental das albufeiras, frentes ribeirinhas e orlas costeiras; criação de praias fluviais, apoio a desportos fluviais e actividades lúdicas relacionadas com a água, criação de percursos pedonais e cicláveis perto da água; prémios literários e artísticos relacionados com o tema da água; defesa e protecção de vistas sobre zonas fluviais e ou espelhos de água; ordenamento do território que contrarie a densificação da construção; sensibilização com vista ao controle do abastecimento privado de captações subterrâneas; redução ou eliminação e cumprimento das normas de descargas de efluentes domésticos e industriais não tratados nos cursos de água; etc.

---

<sup>193</sup> Roche, F. P. (1998) – La Planificación Estratégica en Las Organizaciones. Barcelona: Editorial Paidotribo

<sup>194</sup> elaboração de planos, onde consta antecipadamente o que deve ser feito para que se consigam atingir os objectivos pretendidos.

- de promoção da educação ambiental, de divulgação de temáticas ambientais na comunicação social, da criação de prémios municipais de “boa conduta ambiental”, apoio a associações ambientalistas e criação de observatórios de opinião para registar e avaliar a evolução das atitudes, que ensine a observar. E, implementar medidas que conservem a natureza, nomeadamente elaborando planos municipais de intervenção florestal, de combate aos fogos florestais, diminuição do uso de pesticidas, sinalização do Património Natural nos mapas, guias e roteiros turísticos, bem como “in loco”, aumentar e tratar as áreas verdes, criar parques ecológicos municipais, divulgar o “manual para utilizadores locais” de Turismo, apoiar o desenvolvimento do eco-turismo e, incentivar à redução, reutilização e reciclagem máxima de resíduos domésticos e industriais, etc.

- de promoção cultural e patrimonial; de identificar, classificar e salvaguardar as zonas históricas (centros urbanos, aldeias ou locais arqueológicos de interesse relevante; defender e salvaguardar a paisagem rural, promovendo o agro-turismo e outras actividades compatíveis com a defesa ambiental; promover a valorização habitacional e turística das aldeias históricas, recorrendo a programas específicos de animação sócio-cultural e iniciativas locais de emprego e desenvolvimento rural; valorizar os produtos tradicionais de áreas protegidas; revitalizar o comércio das zonas históricas, em articulação com a requalificação habitacional e urbanística e com a promoção do turismo cultural; valorizar a cultura rural tradicional, divulgando jogos populares, folclore, usos e costumes, festas e figuras populares; valorizar a cultura popular urbana (formas de expressão plástica, musical, figuras notáveis, gastronomia, ...); divulgar obras literárias e artísticas que valorizem a paisagem e a cultura popular portuguesa; promover levantamentos e estudos sociológicos sobre fenómenos específicos da paisagem portuguesa (como por exemplo as casas de emigrantes); promover o restauro dos edifícios classificados; divulgar e respeitar a Lei do Património Cultural Português; aproveitar eventos locais para desencadear operações de restauro, limpeza e iluminação de edifícios públicos e monumentos; desenvolver programas integrados de preservação e manutenção de centros históricos reabilitados; dinamizar o acesso aos museus, arquivos históricos e bibliotecas municipais; promover o orgulho pela identidade histórica local e apoiar o seu estudo e divulgação.

- de combate às exclusões geracionais ou funcionais, ligados ao ambiente e ao desenvolvimento pessoal e social.

---

<sup>195</sup> Roche, F. P. (1998) – La Planificación Estratégica en Las Organizaciones. Barcelona: Editorial Paidotribo

Em suma, medidas com o intuito de promover o interesse comum das suas comunidades locais e sensibilizá-las para um trabalho de parceria para definir, distribuir e aplicar objectivos ambientais, económicos, sociais, culturais e da comunidade.

### 3.3.1 – OBJECTIVOS GERAIS

Os objectivos são um dos elementos fundamentais para dar consistência a uma organização, mas só se forem escassos, mensuráveis, reais e possíveis de se levar a cabo, claros e compreensíveis, motivantes, assumidos e aceites.

Assim, dada a análise e diagnóstico dos recursos disponíveis, que nos permitiu dispor de mais elementos informativos, o plano estratégico de desenvolvimento local que propomos terá como principais objectivos:

- » *a melhoria das condições de vida da população;*
- » *a conservação e divulgação do meio natural e o património cultural;*
- » *o desenvolvimento cultural do Concelho.*

Para o efeito e no sentido da sua concretização, apoiando-nos nos pontos fortes, corrigindo ou minimizando os pontos débeis, neutralizando as ameaças e aproveitando as oportunidades, propõem-se como chaves estratégicas:

- » actuar sobre os recursos endógenos para desencadear iniciativas locais de emprego e desenvolvimento;
- » equipar os serviços técnicos municipais com técnicos capazes e qualificados para executar as actividades de promoção e recuperação do património;
- » reactivar sítios e tradições de modo a que se integrem na actividade quotidiana das populações;
- » criar infra-estruturas que permitam a utilização para actividades de animação cultural;
- » promover os valores patrimoniais no exterior;
- » animar os locais e monumentos de valor, com actividades culturais;
- » integrar a utilização dos valores patrimoniais do Concelho nos planos sectoriais do turismo e da cultura.

### 3.3.2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Como estratégias de actuação propõem-se:

- a revalorização do acervo cultural;
- a conservação, preservação e recuperação da paisagem e do património arquitectónico;
- a mobilização do património histórico como recursos;
- a utilização racional do meio físico;
- a optimização dos recursos produtivos;
- programas de informação, formação e mobilização de recursos humanos;
- a utilização de tecnologias compatíveis com o meio ambiente;
- o desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas internas;
- a melhoria das acessibilidades;
- desenvolvimento de programas de promoção da identidade.

Grosso modo a proposta vai no sentido de intervir no património natural e cultural, nas actividades tradicionais e de lazer e nas infra-estruturas, equipamentos e serviços. Isto é, de construir ou desenvolver infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos capazes de melhorar as condições de vida da comunidade rural e, ao mesmo tempo de conservar, defender e divulgar o seu património cultural.

Para o efeito, e tendo em conta que nem o Quadro de Pessoal do Museu Municipal, nem o Quadro da própria Autarquia, possuem técnicos qualificados, considerados necessários para desenvolver o projecto que se apresenta, propõem-se a criação de uma Agência de Desenvolvimento, de estrutura simples, mas funcional e criadora de dinamismo:

- Comissão Geral:
  - Presidente – representante da autarquia
  - Vogais – representante da Associação de Comerciantes
    - representante da associação de agricultores
    - representante das associações culturais e desportivas
    - representante dos estabelecimentos de ensino
    - representante da Comissão de Gerência
  - Secretário – funcionário administrativo que fará também a ligação com a Comissão de Gerência, onde terá também a função de secretário.



- Comissão de Gerência:

- Gerente/Agente de Desenvolvimento Local
- Secretário
- Tesoureiro
- vogal

A equipa multidisciplinar de trabalho, que julgamos de extrema importância, para podermos levar a bom termo as propostas de acção, seria composta pelos seguintes técnicos:

-> **Historiador**, com o objectivo de desenvolver funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos e com formação nos domínios de investigação e estudo da história regional e local, organização, conservação e estudo de fundos documentais, elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre a história e património locais, organização e acompanhamento de actividades que visam a sensibilização do público para a defesa do património cultural, designadamente exposições e visitas guiadas;

-> **Arqueólogo**, a fim de executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos no âmbito da arqueologia, elaborar estudos, conceber e desenvolver projectos, ou seja, de prospecções, escavações, peritagens e informações, estudos diversos, trabalhos bibliográficos sobre os materiais, sobre as estações, realização de exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino. Deverá também participar na gestão do património arqueológico ou sobre projectos de conservação, restauro e musealização de imóveis e ou sítios arqueológicos;

-> **Animador Cultural, Sócio-Cultural ou Sócio-Educativo**, no intuito de programar, planear e executar acções/eventos que dinamizem e tornem vivo o Museu e os seus núcleos; e, sobretudo de produzir e desencadear processos de participação comunitária;

-> **Sociólogo**, com o objectivo de desenvolver funções de investigação, estudo e de desenvolver projectos e acções ao nível da intervenção na colectividade; proceder ao levantamento das necessidades da autarquia, propor medidas para corrigir e ou combater desigualdades, promover e dinamizar acções tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitam conhecer a realidade social, nas áreas da saúde, do emprego e da educação;

-» **Técnico de Turismo**, a fim de realizar estudos e trabalhos conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do turismo; recolher e tratar e difundir toda a informação turística necessária ao serviço; planear, organizar e controlar acções de promoção turística; participar em acções de licenciamento de unidades hoteleiras ou de turismo no espaço rural;

-» **Pedagogo**, essencial para desenvolver projectos e materiais didácticos; e, fazer a ligação com as escolas e o público em geral;

-» **Técnico de Gestão do Património**, dado que o projecto se baseia na riqueza patrimonial, importa que a sua gestão seja eficiente e eficaz;

-» **Técnico de Multimédia**, para elaboração dos materiais promocionais, de divulgação e sinalização.

### **3.3.3 - PROPOSTAS DE ACÇÃO:**

No intuito de executar o plano estratégico que se propõem, apresentam-se de seguida, um conjunto de projectos a desenvolver, no sentido de alcançar os objectivos gerais sublinhados.

#### **3.3.3.1 - PROGRAMAÇÃO/ANIMAÇÃO PARA O MUSEU MUNICIPAL**

##### **MEMÓRIA DESCRITIVA**

Com este projecto de programação sócio-cultural pretende-se fundamentalmente sensibilizar o corpo docente para a necessidade de implementar cada vez mais nos currículos académicos a educação patrimonial e alertar para a necessidade de se construírem novas formas de cooperação entre a escola e o museu, entre a escola e outras associações e instituições do concelho, em suma, entre a escola e a comunidade, no sentido de possibilitar a comunicação de saberes, usos, costumes e tradições. Ou seja, no sentido de possibilitar a transmissão da cultura e identidade do povo, de geração em geração.

Com este projecto pretende-se ainda transformar quer a escola quer o museu num agente e pólo de dinamização cultural, promovendo para o efeito uma série de acções e eventos sociais, educativos e culturais.

Este projecto tem por base propostas que pretendem chamar a atenção do público-alvo (corpo-docente e comunidade estudantil) para a importância da educação patrimonial e sobretudo para a necessidade de preservar a cultura popular do povo, especialmente a literatura de tradição oral.

As acções sociais, educativas e culturais propostas serão produzidas por uma Comissão organizadora constituída pelo Corpo docente, pela equipa do Museu e pelos agentes das associações concelhias, tentando envolver o maior número de pessoas da comunidade em geral.

##### **MISSÃO**

“Mostrar o passado, explicar o presente, sugerir o futuro...”

## ESTRATÉGIAS

-» **Investigar** - fazer/promover estudos, inventários e pesquisar sobre a história e o património local, ao nível arqueológico, pré-industrial, construído, artístico, etnográfico e etnológico.

-» **Documentar e Conservar** – realizar e promover a recolha de acervo e a conservação do espólio material e documental;

-» **Divulgar e Educar** - dar a conhecer os resultados das pesquisas, essencialmente através de exposições, colóquios e publicações, bem como promover a educação patrimonial (em colaboração com as escolas e as instituições sócio-culturais do Concelho);

-» **Dinamizar e Promover** - dinamizar a cultura tradicional e promovê-la junto da comunidade, transformando-a num espaço vivo e de convívio divertido e educativo. Promover eventos capazes de gerar interesse e desejo pelo conhecimento da história do município e do modo de vida das suas gentes.

## OBJECTIVOS

-» desenvolver as capacidades lúdicas e artísticas dos intervenientes;

-» promover a divulgação, preservação e valorização da cultura tradicional;

-» promover e preservar as artes e tradições;

-» investigar e divulgar realidades ancestrais, usos e costumes da gente;

-» difusão, promoção e transmissão de conhecimentos junto do grande público;

-» criar condições que ajudem a manter os saberes no artesanato, na Gastronomia, nos Ofícios Tradicionais e na Literatura Popular de Tradição Oral;

-» contribuir para a preservação e unidade de uma herança cultural;

-» criar incentivos à manutenção das produções da cultura popular.

-» colaborar com um espaço museológico que preserve e perpetue a memória dos antepassados;

-» consubstanciar os processos de investigação, incorporação, inventariação, conservação e divulgação do legado que o Município possui;

-» criar uma área especialmente vocacionada para o lazer sem esquecer ou diminuir a importância e referência cultural do passado;

-» renovar espaços de cultura capazes de proporcionar conhecimentos alargados e formação de vida cívica;

-» provocar o encontro e diálogo inter-geracional.

### ACCÕES A REALIZAR

-» **Seminário – A Cultura Popular**, a ser realizado no início do ano lectivo com o objectivo de dar a conhecer o património cultural do Concelho ao corpo docente e incentivá-lo para a efectivação de trabalhos, com os seus alunos, relacionados com a recolha e preservação de costumes, tradições e usos dos seus antepassados. Terá a duração de dois dias com a apresentação de painéis relativos: ao Artesanato Popular, à Gastronomia e à Literatura de Tradição Oral;

-» **Workshop de Gastronomia**, a realizar no âmbito do Seminário para transmitir as receitas dos pratos tradicionais da Freguesia/Concelho e, possibilitar o contacto com os sabores e saberes da gastronomia Resendense;

-» **Workshop de artesanato**, a realizar no âmbito do Seminário para demonstrar os materiais e as técnicas utilizadas na construção do artesanato utilizado no concelho; para o efeito serão convidados vários artesãos que ainda fazem obra;

-» **Percursos**, a realizar no âmbito do seminário para mostrar o património edificado, natural e cultural que Resende possui e pode ser trabalhado;

-» **Feira do Livro**, a realizar no âmbito do seminário com o objectivo de apresentar diferentes obras que trabalham o património e possibilitar assim o contacto com a literatura popular;

-> **Encontros com a História**, a realizar em cada escola, por cada turma, no sentido de estudar e inventariar os usos, costumes e tradições da sua freguesia respectiva; pretende-se que o professor incentive a conversa e o encontro intergeracional, de forma a perpetuar a cultura popular, sobretudo a literatura de tradição oral, levando a cabo recolha de histórias, lendas e contos junto dos avós, encenando situações do quotidiano de um povo, que sempre viveu da terra (ex: desfolhada, vindima, sova, vessada, serões na aldeia, bailes, ...), dinamizando os sítios e locais patrimoniais e museológicos, como as igrejas, os sítios arqueológicos, as eiras, as cozinhas tradicionais, os lagares, o museu, ...; convidando idosos e/ou contadores de histórias para nos locais (fora do espaço aula) contarem as suas histórias, falarem da sua vida, das suas dificuldades, alegrias ou tristezas. Ou melhor, que transmitam aos mais jovens toda a história da vida passada, levando assim os alunos a conhecerem a sua própria história e monumentos, com o objectivo de perpetuar no tempo a identidade do povo; deverão ainda ser realizadas exposições dos trabalhos elaborados e das possíveis histórias recolhidas, no Museu Municipal;

-> **Elaboração de um Jornal Escolar**, a realizar no intuito de publicar as histórias recolhidas, divulgar as acções e eventos a realizar e a comunicar os seus resultados, por forma, a envolver cada vez mais a comunidade no processo desenvolvido;

-> **Tertúlias/serões**, a realizar com o objectivo de representar cenários passados e de discutir problemas actuais e que digam respeito ao desenvolvimento humano;

-> **Serviços Educativos**, que terão a responsabilidade de dinamizar e atrair visitantes de todas as idades, no intuito de cumprir com as funções do museu;

### 3.3.3.2. - PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Entendemos que - a curto prazo - a promoção turística de Resende, deverá assentar em programas de fins-de-semana e de férias curtas, cuja estrutura organizacional tenha por base o seguinte esquema:

6º Feira: - Até às 21horas - Chegada aos locais de alojamento;

- 22 horas - reunião com todo o grupo num local previamente estabelecido, para:

- Ceia de boas-vindas;

- Visionamento de um vídeo sobre Resende;

- Esclarecimentos sobre o programa do fim-de-semana.

Sábado: - Dia - Circuito Turístico ao Concelho (opção por um dos três circuitos);

- Noite - Festa numa Quinta, com turismo de habitação, com: Jantar Medieval e Animação Medieval (Lança chamas, bobos, .....

Domingo: Manhã - Visita a uma exposição no Museu ou outro local, sobre o Concelho

Tarde - Tarde rural numa quinta: - Almoço Tradicional;

- Jogos Tradicionais;

- Contemplação;

- Animação (actuação de um Rancho Folclórico);

- Lanche de despedida.

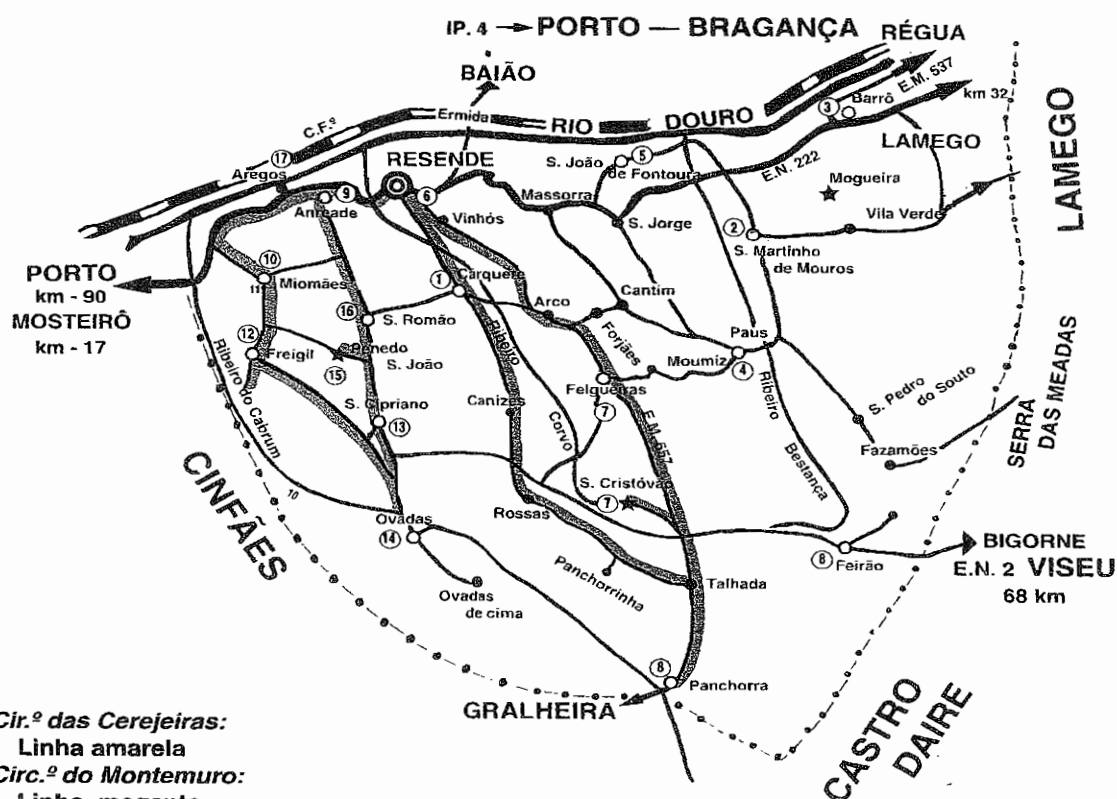
(Nos períodos de férias curtas, o programa poderá ser enriquecido com a inclusão de mais um ou dois dos circuitos concelhios, passeios alternativos aos passageiros que sobem o rio de barco ou nos históricos.)

A promoção, venda e gestão dos programas serão assegurados pelo Promotor Turístico.

Será ainda necessário formar acompanhantes/animadores dos diversos circuitos, que poderão ser seleccionados de entre os colaboradores de empresas de animação ou de entre os estudantes do Concelho.

Sugestões para três circuitos turísticos:

**CIRCUITOS TURÍSTICOS**



- Cir.<sup>o</sup> das Cerejeiras:*  
Linha amarela
- Circ.<sup>o</sup> do Montemuro:*  
Linha magenta
- Circ.<sup>o</sup> das Termas e das Pontes:*  
Linha azul



## 1 - Circuito Das Termas e Pontes (9h às 18h)

- Saída de Resende para Caldas de Aregos

- Em Aregos, visita à estância termal (informação sobre a história das termas e os tratamentos que ali se fazem);

- Visita à Ponte Antiga de Aregos

- Visita à Ponte da Lagariça:

\* Visita aos moinhos (onde poderão assistir ao processo do fabrico do pão);

\* Concurso relâmpago de pesca;

\* Café e doces regionais;

\* Compra de artigos regionais (artesanato e pão quente “caseiro”).

NOTA - A visita à Ponte da Lagariça exige:

- A criação de espaço para que o autocarro possa inverter a marcha e arranjo da via de acesso;

- Recuperação da Ponte;

- Limpeza de todo o espaço envolvente;

- Instalação de uma Loja;

- Instalações sanitárias;

- Repovoamento piscícola do rio.

- Ponte de Ovadas Covelinhas;

- Ovadas de Cima (onde deverá ser servido o almoço);

NOTA: Será necessário conseguir alguém que (de preferência numa casa antiga), sirva esta refeição, podendo recorrer-se à falta de melhor solução, a uma empresa de catering.

- Albufeira de Ovadas

\* Safari fotográfico

NOTA: Será necessário pavimentar 1,3 km de estrada e alargar a saída da ponte para que o autocarro possa circular.

- Rossas

- Granja

- Penedo de S. João:

\* Panorama;

\* Jogos Tradicionais;

\* Merenda e compra de produtos regionais (compotas e outras conservas, licores, vinhos, fumeiro, outros...).

NOTA - Esta visita exige que o local disponha de:

- Uma Loja e Café;

- Armazém para arrumo do material dos jogos tradicionais e bicicletas BTT.

- Regresso a Resende

## 2 - Circuito do Montemuro (9 às 18 horas):

- Saída de Resende para Cárquere;
- Visita a Cárquere e a todo o seu património;
  - \* Caça ao tesouro;
  - \* Café e doces regionais (Instalações da Residência Paroquial);
- Visita à povoação de Talhada
- Panchorra:
  - \* Visita à ponte;
  - \* Safari Fotográfico.

NOTA: Na Panchorra junto ao rio deverá ser instalado um parque de campismo rural com o equipamento mínimo de apoio.

- Almoço na Panchorra (Restaurante existente);
- Miradouro de São Cristóvão
  - \* Jogos Tradicionais;
  - \* Contemplação do Vale;
  - \* Merenda e compra de produtos regionais.

NOTA - Esta visita exige que o local disponha de:

- Uma Tenda para a merenda e a loja;
- Um elemento gráfico descritivo de tudo o que se vê a partir do Miradouro.

- Regresso a Resende.

### 3 - Circuito das Cerejeiras:

- Saída de Resende para Paus (Fazamões)
  
- Visita a Fazamões e ao oleiro (Mestre Joaquim);

\* Café e doces regionais no antigo restaurante típico, cuja reabertura se deverá verificar.

Nota - Esta visita exige que no local exista:

- Espaço para o autocarro dar a volta;
- Preservação do centro da povoação;
- Painel descrevendo o trabalho do Oleiro.

- S. Martinho de Mouros:

\* Visita a todo o seu património, incluindo o Castro da Mogueira.

- Almoço em Vila Verde (Restaurante existente);

- Barrô;

- S. João de Fontoura:

\* Visita ao Solar de Porto de Rei (palácio);

\* Recreio na albufeira (jogos tradicionais e desportos náuticos);

\* Merenda e compra de produtos regionais.

- Regresso a Resende

**- O Programa de Domingo:**

Das 10h30m às 11h 30m os participantes na viagem visitarão o Museu Municipal onde deverão estar patentes exposições, por exemplo, subordinadas aos temas:

Out./Nov. - Etnografia, Folclore e Artesanato

Dez./Jan. - Arqueologia e Património

Fev./Mar. - Fotografia (o concelho visto pelos seus visitantes)

Abr./Mai. - Resende nas artes e nas letras

Jun./Julh. - Resende rumo ao futuro: a gente e as suas iniciativas

Às 12h00m, início das Actividades numa Quinta:

- Piscina
- Jogos Tradicionais;
- Ténis;
- Jogos de Sala;
- Classificação das fotografias feitas no Safari fotográfico (Votadas pelos participantes);
- Almoço;
- Animação local, conforme o estado do tempo;
- Merenda de Despedida.

Às 17h00m, será feita a recolha de testemunhos escritos ou gravados, sobre o programa e a forma como decorreu.

Às 18h00m - Regresso a Casa.

Para que o programa elaborado possa estar operacional, será necessário, assegurar:

- A conveniente e exaustiva sinalização de todos os percursos;
- A colocação, em cada local de paragem dos grupos, de um painel esclarecedor do interesse daquele sítio ou construção;

- A construção dos edifícios ainda que pré-fabricados, desde que com muita qualidade e enquadrados na paisagem, para as lojas e armazéns necessários e faça a concessão da sua exploração, para além da limpeza, restauro e melhoramentos dos monumentos e locais a visitar.

Uma vez garantidas as condições referidas, este produto turístico deverá começar a ser vendido junto de instituições públicas e privadas, que tenham quadros e outros empregados que se possam interessar por um programa deste género.

Parece-nos, do mesmo modo conveniente o envolvimento de organizações dos trabalhadores das empresas ou das instituições que poderão inclusivamente aparecer como co-organizadoras da iniciativa.

A título de exemplo sugerem-se:

- Quadros e outros empregados das grandes empresas nacionais, tais como Bancos, Companhias de seguros, Telefones, Aviação, Exportadores, Companhias Marítimas, outras...);
- Dirigentes, Quadros e outros empregados de grandes instituições do Estado (Universidades, Hospitais, Ministérios, etc.);
- Casas dos Grandes Clubes;
- Grupos excursionistas.

Também nos parece que deverá haver a preocupação de se conseguir, de início, a vinda a Resende de um Grupo de cada um dos distritos do país e das províncias do norte de Espanha que têm fronteira com Portugal

Ao nível da Promoção e Divulgação deverão ser realizados novos e actualizados Roteiros Turísticos, Vídeo promocional sobre o Concelho e Exposições temáticas sobre o Concelho, para distribuição pelas diversas feiras levadas a efeito por todo o país, quer de Turismo quer de Artesanato.

**3.3.3.3. - OUTRAS PROPOSTAS:****ACTIVIDADE:** ATELIERS DE RESIDÊNCIA**DESCRIÇÃO:** disponibilização de instalações para criadores externos, nacionais e estrangeiros (pintores, escultores, fotógrafos, cineastas, escritores), se fixarem temporariamente. A estadia destes criadores deverá ser regulamentada pela assinatura de protocolos com diversas instituições. Em troca da cedência temporária de alojamento, os artistas comprometem-se a realizar na localidade palestras, exposições, animação de atelies, concertos, etc.**JUSTIFICAÇÃO:** a região apresenta um déficit de produção artístico-cultural, e, possui condições excelentes para a criação.**OBJECTIVOS:** fomentar a criação artística no Concelho e promover a imagem desta. Dar a conhecer às populações locais o que leva os artistas a criar e o que eles produzem por esse mundo fora.**DESTINATÁRIOS:** os artistas  
a comunidade local**LOCALIZAÇÃO:** Aldeias Serranas  
Anreade - Casa de Fundo D'Aldeia**Financiamento:** Autarquia e o Programa LEADER

**ACTIVIDADE:** Centros de lazer para crianças e jovens, em aldeias

**DESCRIÇÃO:** Transformar uma aldeia serrana em Centro de acolhimento turístico para crianças, ou locais de visita temporária, com estadia durante um período de férias escolares ou de visita de estudo organizadas pelas escolas. Trata-se de aproveitar as aldeias pouco povoadas e adaptá-las a espaços pedagógicos, onde as crianças e jovens possam ter contacto com a cultura rural, desenvolvendo actividades culturais e de lazer integradas no território. Poderão ser criadas muitas actividades, segundo as necessidades dos destinatários: sonhar, imaginar, criar, comunicar, conhecer o meio ambiente.

**JUSTIFICAÇÃO:** a fraca densidade populacional das aldeias e o envelhecimento da população, leva ao abandono de muitas casas e ao despovoamento de muitas localidades. Esta será uma forma de as tornar atractivas e impedir o seu abandono total. A escola poderá ser transformada num museu, animada por um funcionário e, poderá ser criada uma quinta pedagógica.

**OBJECTIVOS:** Tornar as aldeias pouco povoadas locais mais atractivas para acolhimento turístico, permitir manter viva a escola fechada, reabilitar o parque habitacional dando-lhe novas funções, manter e preservar a cultural rural. Aumento do número de empregos, pois todas estas infra-estruturas precisam de funcionários para as manter vivas e a funcionar.

**DESTINATÁRIOS:** as crianças e os jovens;  
a população das aldeias

**LOCALIZAÇÃO:** Aldeia da Talhada, Granja, Panchorrinha

**FINANCIAMENTO:** Autarquia e o Programa LEADER



**ACTIVIDADE:** Património Arquitectónico como difusor de cultura

**DESCRIÇÃO:** Consiste em incentivar a descoberta do património cultural, através dos monumentos. Os monumentos (igrejas, capelas, ruínas, solares, etc.) deverão tornar-se locais de acolhimento dos visitantes, enviando-os para outros locais de interesse patrimonial através de painéis explicativos. Estes monumentos deverão ser animados através da realização de concertos e outros espectáculos que atraíam não só turistas mas a população local, tornando-se assim lugares de identidade para a comunidade local e pontos de referência para os turistas.

**JUSTIFICAÇÃO:** a necessidade de sinalizar e estudar o património, rico nos seus estilos arquitectónicos (sobretudo o religioso), mas pouco difundido e, potencializar os monumentos como espaços culturais, num concelho onde as infra-estruturas culturais são escassas.

**OBJECTIVOS:** promover a identidade local através da valorização do património e alargar a oferta cultural ao meio rural.

**DESTINATÁRIOS:** os visitantes  
a população das aldeias

**LOCALIZAÇÃO:** Barrô, S. Martinho de Mouros, Cárquere, Caldas de Aregos

**FINANCIAMENTO:** Autarquia e Ministério da Cultura

**ACTIVIDADE:** Ecomuseus

**DESCRIÇÃO:** a criação de ecomuseus, poderá facilitar a promoção do património etnográfico e natural do concelho. Os ecomuseus deverão ser instalados em localidades que ainda possuam uma forte tradição artesanal e deverão não só conservar os instrumentos dos antigos ofícios, mas também o próprio saber fazer. Para tal deverão possuir Ateliers de actividades que poderão ir desde o fabrico do pão até à tecelagem. Funcionando não só como um excelente instrumento pedagógico, mas também, como reanimadores de ancestrais usos e costumes, contribuindo para a viabilidade económica dos produtos aí fabricados.

**JUSTIFICAÇÃO:** as culturas ditas tradicionais surgem como recursos fundamentais no cruzamento da economia, do emprego e da cultura, como vista ao incremento de uma perspectiva desenvolvimento sustentado.

**OBJECTIVOS:** permitir à comunidade local compreender a evolução no tempo e situar-se na continuidade histórica; contribuir para o desenvolvimento, potencializando o património na vertente económica, social e estética; fomentar a emergência de um turismo cultural.

**DESTINATÁRIOS:** as crianças e os jovens estudantes  
comunidade local  
turistas

**LOCALIZAÇÃO:** Fazamões - barro preto  
Felgueiras - Produção do linho até ao produto final (aprolif)  
Freigil - Fabrico do pão (moinho)

**FINANCIAMENTO:** Autarquia e o Programa LEADER

**ACTIVIDADE: LOJAS DE PRODUTOS DA TERRA**

**DESCRIÇÃO:** a criação de uma rede de lojas localizadas em pontos estratégicos onde se vendam produtos da terra. procurando-se valorizar o que é característico, histórico ou típico do Concelho. Trata-se de uma forma de recuperar especificidades locais, numa procura de identidades, origens e tradições.

**JUSTIFICAÇÃO:** promover e defender os produtos culturais locais através da sua certificação e da sua venda em locais estrategicamente localizados.

**OBJECTIVOS:** permitir o desenvolvimento local conjugando-se materiais, saberes e sabores tradicionais como novas formas de apresentação, de divulgação e comercialização modernas, adaptando-as e refuncionalizando-os, enquanto elementos que fazem parte do imaginário colectivo e que importa preservar mesmo que a utilidade ou características originais se tenham perdido com a evolução dos costumes e modos de vida

**DESTINATÁRIOS:** artesãos  
comunidade local  
turistas

**LOCALIZAÇÃO:** Caldas de Aregos  
S. Cristóvão  
Fazamões  
Porto de Rei  
Penedo de S. João  
Freigil  
Cárquere

**Financiamento:** Autarquia e o Programa LEADER

**ACTIVIDADE: ENCONTROS DE ARTES JOVENS**

**DESCRIÇÃO:** organização de encontros de jovens criadores de arte, numa perspectiva multidisciplinar. Estes encontros deverão ter o formato de Workshops, colóquios, conferências, ateliers, exposição de trabalhos e concertos, em simultaneidade durante três dias.

**JUSTIFICAÇÃO:** necessidade de estimular a criação e produção artística, bem como a formação das populações juvenis.

**OBJECTIVOS:** promoção e incentivo da criação de arte entre os jovens. Criação de hábitos de consumo artístico e cultura no Concelho.

**DESTINATÁRIOS:** os jovens criadores de arte  
comunidade local

**LOCALIZAÇÃO:** Sede de Concelho  
S. Martinho de Mouros  
Sta. Maria de Cárquere  
Barrô  
Caldas de Aregos

**FINANCIAMENTO:** Autarquia

**ACTIVIDADE:** FEIRA DE DESPORTOS DA NATUREZA

**DESCRIÇÃO:** realização de uma mostra de equipamentos destinados a Desportos de Natureza, que deverá incluir espaços onde se possam experimentar diversas modalidades: paredes de escalada, percursos de BTT, tiro ao arco, rappel, slide, etc. Haverá também a realização de caminhadas por percursos pedestres e corridas de orientação.

**JUSTIFICAÇÃO:** o Concelho possui excelentes condições para a prática de Desportos de Natureza e importa divulgar novas modalidades desportivas não poluentes.

**OBJECTIVOS:** incentivar a prática de modalidades de desporto de natureza, atrair visitantes e praticantes deste tipo de desportos para o Concelho.

**DESTINATÁRIOS:** empresas de equipamentos  
comunidade local  
turistas

**LOCALIZAÇÃO:** Penedo de S. João

**FINANCIAMENTO:** Autarquia  
IND  
Região de Turismo

**ACTIVIDADE:** FEIRA DE ARTESANATO

**DESCRIÇÃO:** promoção de uma feira de artesanato no sentido de conjugar o artesanato, a tradição, a cultura e a economia.

**JUSTIFICAÇÃO:** necessidade de estimular a criação, modernização e desenvolvimento das unidades artesanais, com vista a melhorar a qualidade, originalidade, rentabilidade, estabilidade, gestão e competitividade dos produtos tradicionais, tendo, por isso, de conjugar tradição com modernidade na concepção de actividades, dos ofícios e das micro-empresas artesanais.

**OBJECTIVOS:** renovar e valorizar os ofícios tradicionais, assentando em novos princípios onde se cruze a tradição com a modernidade e se combinem os saberes tradicionais com os novos saberes, designadamente nos novos domínios do design, das novas tecnologias e da capacidade empresarial em geral.

**DESTINATÁRIOS:** artesãos  
comunidade local  
turistas

**LOCALIZAÇÃO:** Sede do Concelho

**FINANCIAMENTO:** Autarquia  
Instituto do Emprego e Formação Profissional

**ACTIVIDADE:** FESTIVAL DE GASTRONOMIA

**DESCRIÇÃO:** deverão participar todas as empresas/restaurantes que privilegiem no seu “cardápio” receitas tradicionais.

**JUSTIFICAÇÃO:** a riqueza do património gastronómico e não existência deste tipo de eventos.

**OBJECTIVOS:** contribuir para a preservação e divulgação da gastronomia regional e promover a imagem do Concelho.

**DESTINATÁRIOS:** empresas de restauração  
comunidade local  
turistas

**LOCALIZAÇÃO:** Sede do Concelho

**Financiamento:** Autarquia

## CONCLUSÃO

A pesquisa efectuada para elaboração da tese de mestrado foi orientada no sentido de recolher e obter ensinamentos sobre a temática da Museologia, fundamentalmente da Nova Museologia e de todas as possibilidades e soluções que esta pode trazer à sociedade. Ou melhor, pretendia-se saber de que forma a Museologia e por consequência os seus museus influenciam e são influenciados pela sociedade em que estão inseridos e, de que maneira, podem inferir no desenvolvimento desta.

A Museologia está a estruturar-se enquanto área do conhecimento, na medida em que procura compreender, teorizar e sistematizar a especificidade da relação entre o Homem, como elemento de uma sociedade, e o objecto, como elemento de uma colecção e fragmento de um património, num cenário conhecido.

Assim, os pressupostos teóricos em que assenta a nova museologia centram-se no interesse das comunidades e na identificação dos seus problemas. Utilizam a museografia como instrumento privilegiado de comunicação e intervenção social. E a função essencial de um Museu é, assim, estabelecer um diálogo com a população, pelo que não se pode fechar em si, mas abrir-se para o exterior de forma a mostrar, ensinar, responder e promover, isto é, de forma a ser uma escola ou uma instituição de educação permanente. E, face aos conhecimentos que proporciona e às emoções e reacções que pode suscitar, o Museu é ou pode ser um elemento de grande informação e de educação permanente.

O que leva a afirmar que, para a Nova Museologia, o Museu deve ser activo e participativo e, que deve recorrer a saberes multidisciplinares de forma a ser um veículo não só de promoção de uma maior consciencialização por parte da população da importância da salvaguarda da sua herança cultural, patrimonial e natural mas igualmente de disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de melhorar o bem-estar económico, físico, social, cultural e natural da comunidade. Uma maneira possível e eficaz de intervir é, incorporando objectivos que visem a participação comunitária nas instituições educativas e culturais.

Em meados do século XX (décadas de 50/60) gerou-se um movimento de renovação do conceito de museu e da mensagem museográfica, acompanhando o movimento do alargamento do conceito de património que importa preservar, que já não é apenas as grandes obras de arte e os objectos raros de civilizações antigas, mas tudo quanto represente a vida, a criatividade e a evolução do homem e das suas sociedades organizadas.

Isto é, o museu democratizou-se e passou a ser um instrumento de cultura e de recreio dirigido a camadas cada vez mais vastas de público. E, dado que as pessoas vão ao museu



para se recrearem e educarem, através dos serviços educativos o museu pode ser protagonista na educação e na recreação, uma vez que serve de guia aos visitantes e os tenta prender às colecções quer através das emoções, do prazer e da transmissão de uma mensagem. Ao mesmo tempo que cria estratégias que despertem no possível público o desejo de participar na protecção e animação da memória colectiva.

Importa pois abranger todos os cidadãos da comunidade nas actividades e acções de forma a permitir que estes descubram a história e o património da sua comunidade e que num exercício de descoberta da sua identidade o proteja e valorize ao mesmo tempo que contribui para o seu desenvolvimento.

O Museu deve levar o homem a tomar consciência da realidade presente e de si próprio, a dialogar, a participar, a compreender sem falsos intelectualismos. Até porque os factores de identidade podem ajudar na fixação da população, e no reatamento da relação entre a comunidade e os valores tradicionais.

A Animação Sócio-cultural é educação se entendermos educação como um conceito cósmico intemporal e sem época e, dado que a educação é uma tarefa humana que pretende o perfeccionismo do homem em todas as suas facetas no mundo social. E que tudo influencia a pessoa: a natureza, a técnica, o meio ambiente, a informática e tudo aquilo que nos define como seres frágeis e quebradiços. Devemos apostar numa metodologia ecológica, por uma investigação-acção daquilo que nos rodeia, por um sentido lúdico e festivo dos espaços humanos.

O objectivo social de ambos os conceitos é a criação de uma sociedade plenamente democrática na qual todos os cidadãos dispõem de iguais oportunidades e são estimulados a utilizar da melhor forma as suas capacidades pessoais e o seu meio social. Mas para que haja democracia cultural é necessário que haja: Desenvolvimento Cultural e Educação Permanente. Daí que se tenha de: eliminar todos os factores que limitem o exercício (de todo o indivíduo, grupo ou secção da população) da liberdade, criatividade, produtividade ou participação; orientar um sistema capaz de compensar as deficiências, promover um meio sócio-cultural que em todos os sectores sócio-económicos da sociedade contribua para o desenvolvimento da personalidade e que permita utilizar o mais amplamente possível, uma bio-energia que não seja diminuída pela ignorância, pelos hábitos, pelas esperanças medíocres ou pelos recursos insuficientes.

A Animação Sócio-Cultural dirige-se cada vez mais a nichos de população mais insensíveis, ou à atracção dos equipamentos educativos e do desenvolvimento cultural existentes.

A Animação Sócio-Cultural, tem por objectivo essencial promover a igualdade de oportunidades no que se refere ao desenvolvimento pessoal, assim como estabelecer um diálogo construtivo no seio da colectividade, da criatividade e da expressão não competitiva, assim como melhorar a qualidade de vida do grupo sócio-cultural.

Ou seja, a Educação Permanente está centrada na necessidade de uma capacitação/formação contínua e no desenvolvimento de boas atitudes culturais, de acordo com as mudanças que se produzem na sociedade. A Animação Sócio-Cultural procura superar e vencer atitudes de apatia e fatalismo em relação ao esforço para “aprender durante toda a vida” que é o fundamental da Educação Permanente.

A função da Animação Sócio-Cultural cumpre, assim, uma tripla tarefa (motivadora, criativa e participativa) de uma educação integral e integrada no meio. E a tripla dimensão da Animação Sócio-Cultural é uma vez mais educativa (motivação), cultural (Criativa) e social (participação), que se põe ao serviço da educação.

Os museus não se fazem para o turismo, mas podem beneficiar deste, porque os financiamentos têm de vir de algum lado. O museu pode assim e, por vezes de forma significativa contribuir para a rentabilidade de empreendimentos turísticos.

O Turismo é um facto irreversível, ao nível social, humano, económico e cultural. A sua influência no que respeita a monumentos e locais de interesse cultural é particularmente importante, e não pode senão aumentar, em vista das conhecidas características que apresenta o desenvolvimento desta actividades.

Através das suas colecções ou das exposições que progressivamente organizam, os museus podem armazenar fragmentos da vida quotidiana, fragmentos da cultura simbólica, definições de acontecimentos e relações. A colecção indivisível de significações e comportamentos comuns valorizados que a comunidade procura preservar e reproduzir para garantia da sua originalidade, o canto, o documento escrito, a ponte de pedra, a torre de ferro, o templo e a muralha.

Em suma, tentamos aqui abordar a questão da Museologia, partindo do pressuposto que esta pode ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cultural de um Concelho ou região. Se trabalharmos em estrita colaboração e harmonia com todos os actores de determinado território e para o mesmo fim, podemos, a partir de um Museu e, na sequência das suas funções e valências, participar no desenvolvimento de uma região.

A aposta é pois no sentido de aplicar ao Concelho de Resende, uma Cultura de Desenvolvimento.

**BIBLIOGRAFIA:**

**CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica**

**1 – A museologia**

- [Agenda%20LOCAL%2021\\_1\\_ficheiros/parte/htm/](#)

- AZEREDO PAIS, T. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

- BRUNO, M. C. (2002). Entre a Museologia e a Museografia: propostas, problemas e tensões  
- Texto apresentado no Seminário Internacional História Representada: o dilema dos museus realizado no Rio de Janeiro – 7 a 11 de Outubro e, cedido no âmbito do Seminário do Mestrado de Museologia

- Cadernos do MINOM, nº 1. Lisboa

- CARIDE, J. A. E Meira P. A. (2001). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa: Instituto Piaget.

- CORDOVIL, M. M. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social . Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

- CRUZ, A. L. e COQUET, E. O Museu a escola e a comunidade – Lisboa: Cadernos Encontro.

- DAVALLON, J. (s/d) O papel e a missão de um centro de estudos sobre os utilizadores de museus e a interpretação do património cultural, O museu a Escola e a Comunidade. Lisboa Cadernos Encontro.

- DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA (1991)  
DIGNE

- FERNÁNDEZ, L. A. (1999). Museologia y Museografía. Barcelona: Ediciones del Serbal.

- FERNÁNDEZ, L. A. (1999). Introducción a la nueva museología. Madrid: Alianza Editorial.
- GIL, F. B. (s/d) O objecto como gerador de informação, Iniciação à Museologia – Lisboa: Universidade Aberta.
- GOTTESDIENER, H. – O que se sabe dos visitantes dos museus. O museu a escola e a comunidade. Lisboa: Cadernos encontro.
- GUILLAUME, M. (2003) A Política do Património. Porto:Campos das Letras.
- HERNÁNDEZ, F. H. (2001). Manual de Museologia. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.
- HERNÁNDEZ, J. B. e Tressenas, J. J. (2001) Gestion del Patrimonio Cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- HORTA, M. L. P. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus
- HUGUES DE VARINE, (1996). Museus e Acção Cultural- Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
- LOPES, C. Construir uma memória da Terra a Favor do Desenvolvimento (texto fornecido no âmbito do Mestrado de Museologia, original, com autorização do autor, s.p.d.p.)
- LOPES, C. (1993). Museologia e Ambiente. VI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Novos Desafios/Novas Museologias. Póvoa de Varzim.
- MARINETTI, F. T. (1909). Manifesto Futurista (documento fornecido NO SEMINÁRIO DO Mestrado de Museologia, de 19/12/2003.
- MELA, A., BELLONI, M. C. e DAVICO, L. (2001). A Sociologia do Ambiente. Lisboa: Editorial Estampa.

- MOUTINHO, M. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Rede Portuguesa de Museus.
- MOUTINHO, M. (1993) Sobre o Conceito de Museologia Social – Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.
- OLIVEIRA, L. F. (2001). Educação Ambiental – Guia prático para professores, monitores e animadores culturais e de tempos livres. Lisboa: Texto Editora.
- PÓVOAS, L. e LOPES, C. (1998). Construir uma Memória da terra para o Futuro – Actas do V Congresso Nacional de Geologia – Comunicações do IGM, Tomo 84, Fasc. 2, Lisboa.
- PRADO F. G. C. (1999) Ecopedagogia e Cidadania planetária. Lisboa: Instituto Paulo Freire.
- PRIMO, Judite (1999). Pensar Contemporaneamente a Museologia, Cadernos de SocioMuseologia nº 16. Lisboa: UHLT.
- PRIMO, Judite (1999). Museologia e Património: Documentos Fundamentais. Cadernos de SocioMuseologia. Lisboa: UHLT.
- REDE PORTUGUESA DE MUSEUS (s/d). Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus
- RIBEIRO, A. (1993) Sobre o Conceito de Museologia Social – Cadernos de SocioMuseologia. Lisboa: UHLT.
- RIVIÉRE, G. H. (1993). La Museologia. Madrid: Akal/Arte y Estetica.
- ROCHA-TRINDADE, M. B.(1993). Iniciação à Museologia, Lisboa: Universidade Aberta. Lisboa

## **2- Cultura de Desenvolvimento**

- CAMACHO, C. V (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
  
- BRUNER, J. (1996). A cultura da Educação. Lisboa: Edições 70.
  
- DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.
  
- ELIOT, T. S. (1996). Notas para uma Definição de Cultura. Lisboa: Edições Século XXI, Lda.
  
- FARIA, M. L. (2001), 25 a 27 de Outubro. A Cultura em Acção: impactos sociais e território. A Função Social dos Museus. Porto: Conferência Internacional.
  
- FILIPE, M. G. S. (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
  
- FERREIRA, J. A. B. (1998). Direito do Património Histórico-Cultural. Coimbra: CEFA
  
- LEITE, E. (2002) A Escola, o Museu de Arte Contemporânea e o Parque de Serralves. Porto: Habitares Serralves.
  
- NABAIS, A. (1998). ACTAS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS – experiências e perspectivas. Seixal: Câmara Municipal do Seixal
- NEVES, K. R. F. N. (2003). Programa Museológico e Museologia Aplicada. Lisboa: ULHT
  
- NUNES, G. M. Soares. (1994). A História Regional e Local – V Encontro Nacional de Autarquias e Museologia.
  
- PAIS, C. (2000). Janeiro. Fórum Turismo Cultural: Desafios e Oportunidades de Negócios, FIL - Parque das Nações. Lisboa.
  
- PESSOA, F. S. (2001) Reflexões sobre Ecomuseologia. Porto: Edições Afrontamento.
- PRIMO J. (2000). A Importância dos Museus Locais em Portugal. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

- PRIMO, J. (s/d) O Museólogo-Educador frente aos desafios Económicos e Sociais da Actualidade. Texto fornecido no âmbito do seminário do mestrado.
- RIUTORT, P. (1999). Primeiras Lições de Sociologia. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, A. C. (2001), 3 de Fevereiro. Expresso.
- SANTOS, M. C. T. M. (1996). Processo Museológico e Educação. Lisboa: ULHT
- TINOCO, A. (2003) Retirado do Seminário do Mestrado de Museologia
- VILLAR, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora – Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa: Instituto Piaget.
- VILLEGAS RAMOS, E.L. (2001) Espacios para el desarrollo local. Barcelona: PPU.
- WARNIER, J.P. (2002). A Mundialização da Cultura. Lisboa: Notícias Editorial.
- KAPPERT, J. (2003). Territórios do Turismo – Revista Científica do ISAI.
- KEMNITZ, E.M. (1998). ACTAS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS – experiências e perspectivas. Seixal: Câmara Municipal do Seixal

### **3- A Animação Sócio- Cultural como Método:**

- ANDER-EGG, E. (s/d). O Léxico do Animador. Galiza: Portugaliza Editora
- ANDER-EGG, E. (1989) Metodologia y practica de la Animación Sociocultural. MADRID: ICESA
- BADESA, S. M. (1995). Perfil del Animador Sociocultural. Madrid: Narcea, S.A de Ediciones.
- BESNARD, P. (1986). Animateur Socioculturel, fonctions, formation, profession. Paris : Les Edicions ESSE.

- DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.
- FARIA, M. L. (2000). Projecto: Museus e Educação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- FERREIRA, P. T. (1999). Guia do animador – animar uma actividade”. Porto: Multinova.
- JARDIM, J. (2002). O Método da Animação. Porto: AVE.
- MAILLO, A. (1979). Un método de cambio Social. Madrid: Narcea
- QUINTANA, J.M (1986) Fundamentos da Animação Sócio-Cultural. Madrid: NARCEA
- QUINTANA, J. M. (1993) Los ámbitos profesionales de la Animación. Madrid: Narcea.
- QUINTAS, F. S. (s/d) “Animacion Sociocultural Novos Enfoques”. Madrid: Narcea.
- UNESCO (1983) El desarrollo Cultural. Paris: UNESCO.

#### **4 – O Desenvolvimento Local**

- COLBERT, C. Y CUADRADO M. (s/d). Marketing de las Artes e la Cultura. Porto: Ariel.
- CRAVIDÃO, F. D. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.
- ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (s/d). Desenvolver (Dês)Envolvendo. Messejana: Gráfica Comercial
- FARIA, M. L. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNÁNDEZ, D. M. (2002). Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Universidad Internacional de Andalucía. Madrid: AKAL.



- HOOPER-GREENHILL, E. (1991) Museums and Gallery Education, Leicester Museums Studies, Leicester University Press
- MARCHIONI, M. (2001). Comunidad, Participación y Desarrollo. Madrid: Editorial Popular.
- MARQUES, H. T. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.
- MYRAND, P. (2004). Encontro Nacional do MINOM – Portugal “Cultura e Democracia Participativa”. Lisboa: ULHT.
- SANDELL, R. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- SEMEDO, A.(2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, I. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

## **CAPÍTULO II – Aplicação Prática**

- CENSOS 1991 E 2001
- DUARTE, J. C. ( 1997 ). Resende e a sua História. Câmara Municipal de Resende
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (1991/2001). CMR. RESENDE
- ROCHE, F. P. (1998) – La Planificación Estratégica en Las Organizaciones. Barcelona: Editorial Paidotribo

## Anexo I – Dados estatísticos

### População Por Freguesias - Residentes

	1991	2001	Variação
Total de habitantes	13 675	12 370	(09,50%)
Anreade	1 134	1 168	02,90%
Barrô	1197	1 035	(13,50%)
Cárquere	886	941	06,20%
Feirão	158	131	(17,00%)
Felgueiras	412	315	(23,50%)
Freigil	493	480	(02,60%)
Miomães	467	391	(16,30%)
Ovadas	428	337	(21,20%)
Panchorra	242	178	(26,40%)
Paus	869	643	(26,00%)
Resende	3 215	2 873	(10,60%)
S. Cipriano	912	858	(05,90%)
S. João de Fontoura	892	857	(03,90%)
S. Martinho de Mouros	1 943	1 738	(10,50%)
S. Romão de Aregos	427	425	(00,50%)

(Fonte: Censos 1991 e Censos 2001)

População por estrutura etária

	Total	0-14	15-24	25-64	>65
Total de habitantes	12 370	2 214	1792	5 833	2 531
Anreade	1 168	244	162	571	191
Barrô	1 035	154	135	524	222
Cárquere	941	205	145	449	142
Feirão	131	25	23	54	29
Felgueiras	315	59	42	135	79
Freigil	480	85	64	228	103
Miomães	391	60	63	185	83
Ovadas	337	47	42	120	128
Panchorra	178	11	33	82	52
Paus	643	93	90	268	192
Resende	2 873	545	448	1 359	521
S. Cipriano	858	171	106	396	185
S. João de Fontoura	857	144	129	407	
S. Martinho de Mouros	1 738	293	249	858	
S. Romão de Aregos	425	78	61	197	

(Fonte: Censos 2001)

## NÍVEL DE ENSINO

	Total	Nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º Ciclo	Sec.	Médio	Sup.
Total de habitantes	12 370	3 119	5 402	1 645	961	788	10	445
Anreade	1 168	232	559	151	85	91	1	49
Barrô	1 035	270	452	139	72	67	2	33
Cárquere	941	222	426	139	76	55	x	23
Feirão	131	42	50	21	5	7	x	6
Felgueiras	315	90	130	52	18	12	x	13
Freigil	480	114	227	85	38	13	1	2
Miomães	391	79	193	48	26	34	1	10
Ovadas	337	135	120	50	17	10	x	5
Panchorra	178	35	71	34	19	15	x	4
Paus	643	204	293	64	43	23	2	14
Resende	2 873	631	1 031	398	327	313	3	170
S. Cipriano	858	236	410	126	42	29	x	15
S. João Fontoura	857	240	425	81	55	32	x	24
S. M. de Mouros	1 738	449	837	209	108	72	x	63
S. Romão Aregos	425	140	178	48	30	15	x	14

(Fonte: Censos 2001)

## A Frequentar o ensino

	<b>HM</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Total de estudantes</b>	2 827	1 281	1 189
Pré-Escolar	258	118	140
1º ciclo	699	380	319
2º ciclo	328	182	146
3º ciclo	453	241	212
Secundário	479	231	248
Médio	15	6	9
Superior	175	85	90
Profissional	60	38	22

(Fonte: Escolas - dados de 2001)

## ANEXOS II - Património e História Local

### *- Património Edificado:*

#### *Igreja Matriz de Barrô - Barrô*

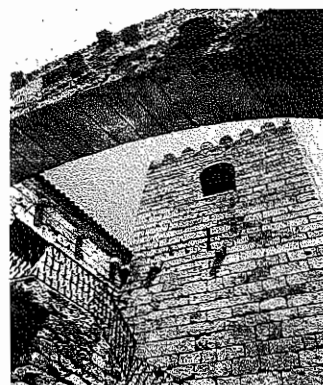
Situada em lugar desafogado e de belíssima panorâmica, a Igreja de Santa Maria de Barrô foi declarada Monumento Nacional, por decreto de 3 de Junho de 1922. A sua construção é do início do século XIII, tem uma fachada lindíssima, onde se pode admirar uma rosácea excepcional. De admirar também a talha barroca do altar-mor, o notável Calvário com esculturas em madeira estofada, os castiçais D. João V e uma custódia em prata dourada.

#### *Igreja Matriz de S. Martinho de Mouros - S. Martinho Mouros*

S. Martinho de Mouros é uma Vila Medieval que continua a guardar ciosamente o seu Pelourinho, a sua Casa Municipal e a sua Igreja Românica. A Construção da Igreja deve remontar aos finais do século XII e, não se sabe muito bem se foi construída pelos mouros ou pelos godos. Mas é um misto de fortaleza e casa de Deus bastante imponente. Foi classificada como Monumento Nacional por decreto de 3 de Junho de 1922.

#### *Igreja Matriz de Sta. Maria de Cárquere - Cárquere*

Classificada como Monumento Nacional, por decreto de 16 de Junho de 1910, de origem anterior à nacionalidade, a Igreja passou por diversas obras de reconstrução e nela podem observar-se expressões do românico (séc. XII), do gótico (séc. XIII) e do manuelino (séc. XVI), a sua fundação tem sido, por isso, muito discutida. A maior parte dos autores, relacionam a construção da Igreja com o tão falado “milagre de Cárquere”, que curou o nosso primeiro Rei que, em gratidão a Nossa Senhora, ali teria mandado construir o Mosteiro.



## Capela de S. Cristóvão - Felgueiras

Na Freguesia de Felgueiras, para lá do morro do Espírito Santo, onde existe uma capelinha de muito interesse dedicada ao Divino Espírito Santo (séc. XVIII) com uma imagem nada vulgar representando a SS. Trindade e, de onde se pode apreciar um bonito panorama, encontra-se o Monte de S. Cristóvão, com a capelinha do mesmo nome, a 1 141m de altitude.

### *Pontes sobre o Rio de Cabrum*



*A Ponte da Lagariça*, fica nos fundos da Freguesia de S. Cipriano, há quem diga que é romana, assim como *Ponte Antiga de Aregos*, em Miomães, a *Ponte arcaica da Panchorra* e a ponte *românica de Ovadas*. Dizem que haveria junto a este Rio uma via romana a caminho do planalto do Montemuro, mas esta ideia é muito contestada.

### *Ponte de Carcavelos - Cárquere*

É um ponte grandiosa, com arco perfeito de grandes dimensões, elegantemente aberto e de construção impecável. Dá passagem sobre o Rio Corvo, no lugar de Carcavelos e liga as freguesias de Resende e Cárquere

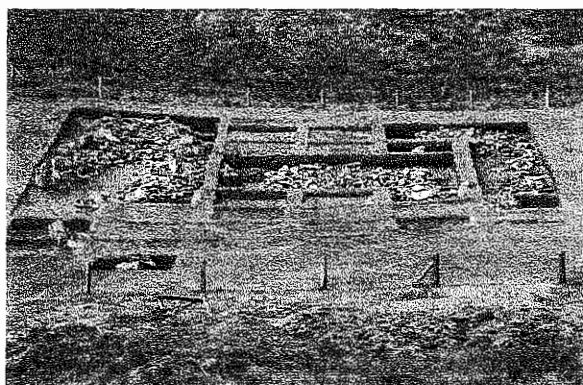
### *Pelourinho de S. Martinho de Mouros*

S. Martinho recebeu foral de Fernando Magno, confirmado em 1121, por D. Teresa sua neta e mulher do Conde D. Henrique.

## **- Património Arqueológico**

### ***Estância Arqueológica da Mogueira, em S. Martinho de Mouros***

Do lado esquerdo da estrada quem sobe a Vila e, em plano bastante inferior à mesma, existe uma elevação curiosa. Trata-se de um castro proto-histórico mais tarde romanizado, com três séries de muralhas a defendê-lo. Para além disso encontram-se ainda restos de uma construção que se julga ter sido o Castelo de S. Martinho de Mouros, bem como sepulturas cavadas na rocha.



### **Estância Arqueológica do Monte de S. Cristóvão**

Constituída por diversas mamoadas, a mamoa nº 1 já estudada é composta pela câmara mortuária, com cinco grandes lages. É um dólmen simples, sem corredor, sem chapéu ou cobertura. Durante as escavações surgiram diversos objectos como moinhos manuais, machados, micrólitos cortantes em sílex e vários fragmentos de cerâmica mica. Pelos estudos já realizados, pode-se concluir que já no Eneolítico (2500 a 3000 a.c.) as terras de Resende eram habitadas por seres humanos. Pelo que a existência desta necrópole no monte de S. Cristóvão é um património cultural importantíssimo.

### **Estância Arqueológica do Penedo de S. João**

Trata-se também de um Castro Proto-histórico, mas sobre esta estância, não se sabe ainda distinguir o que é História do que é lenda. Pois fala-se de uma galeria subterrânea por onde os Mouros iam ter ao Rio Douro e, que o penedo é uma anta céltica. Esta Estância está ainda pouco estudada e trabalhada.



### **Estância Arqueológica de Cárquere**

Estância é uma das mais importantes pela riqueza que tinha e, muito pobre pelo que tem, ocupa também uma grande superfície de terreno. Pelos achados arqueológicos e pelos nomes dos lugares crê-se que se trata de um povoamento pré-histórico. Os achados arqueológicos são diversos e de muito valor: fustes e capitéis de colunas, colheres de ferro, objectos de bronze, tijolos debruados, telhas de rebordo, caldeirões de cobre. etc.

### **Estância Arqueológica da Quinta das Trapas**

Constituída por algumas sepulturas, colocadas a descoberto acidentalmente por uma escavadora. Após um breve estudo concluí-se tratar-se de uma “Necrópole tardo-romana e mocárabe”, considerada muito rara, que nós dá informações sobre o período medieval pré-românico.



### ***- Casas Antigas e Solares***

#### **Casa da Torre - Anreade**

A Casa da Torre é um dos Solares mais bonitos e mais bem situados de todo o Concelho. Tem Capela particular como elemento estrutural da própria casa, que inclui um riquíssimo oratório, de dourado barroco (1800). O brasão que se encontra bordado em tapeçaria, no átrio principal, apresenta as armas dos Correias e Sás.

#### **Casa de Pousada - Anreade**

Esta casa possui uma elegante fachada, um largo terreiro ensombrado de plátanos gigantes e, uma elegante capela particular, em cuja fachada se pode ver um lindo brasão, com as armas dos antigos senhores da casa.

### **Casa da Granja - Anreade**

A Casa está abandonada, mas o seu edifício data da última época da Renascença (séc. XVII), mas o que mais sobressai é o portão luxuoso e imponente do solar, todo em pedra lavrada, em gosto rocaille, com um riquíssimo brasão de armas.

### **Casa de Vila Pouca - Resende**

Situa-se perto da Vila, em lugar aprazível, este solar do século XVIII. Tem quatro alas ou pavilhões, com pátio inferior à maneira de claustro, amplo terreiro com jardim e, entrada luxuosa para o salão nobre, com escada dupla e balaustrada. Uma porta esta encimada com o brasão de armas da família. A capela particular do solar, com rica frontaria barroca, é dedicada a Nossa Senhora da Conceição

### **Casa de Sais - Resende**

Solar do século XVIII, onde actualmente funciona o Seminário Menor de Resende. Num artístico portão de ferro, com data de 1855, existe o brasão de armas de barão. No século passado foi reduto de partidários do liberalismo. Junto a esta Casa foi erigida uma Capela em honra de Nossa Senhora de Lourdes.

### **Casa Solar da Soenga - S. Martinho de Mouros**

Grandioso Solar do século XVIII é constituído por duas grandes alas, um amplo terreiro, um lindíssimo jardim e capela privativa dedicada a Nossa Senhora do Desterro. O palácio está enquadrado numa grande quinta, num local de vistas invejáveis e tem um parque enorme, com árvores exóticas e frondosas, com lago ao centro e muita água, vinda dos montes de S. Martinho, através do aqueduto de pedra de bastante interesse.



### **Casa de Porto de Rei - S. João de Fontoura**

A Casa Grande de Porto de Rei, em S. João de Fontoura, crê-se que foi mandada construir no século XVI, por Luís Oliveira. No interior do palácio há diversos salões, todos com tectos riquíssimos de madeira de castanho disposta em luxuosas figuras geométricas. O Povo diz que o palácio tem tantas janelas quantos dias tem o ano e conta ainda, lendariamente, que era nele que o rei D. Afonso Henriques se hospedava quando vinha a Cárquere.

### **Casa da Torre da Lagariça - S. Cipriano**

Este solar deve ter sido uma villa romana e desde cedo se terá tornado solar de nobres, com torre senhorial. Trata-se de uma Honra Medieval. No Solar, de estrutura muito arcaica na parte mais antiga, sobressai a torre medieval que lhe dá o nome, um pequeno jardim a imitar os jardins fidalgos que os nosso romancistas do século passado tão bem descreveram. E, deve ter sido este tão antigo solar senhorial, com todo o seu enquadramento incomparável, o ambiente escolhido por Eça de Queiroz, para fazer pulsar e viver todos os rurais personagens da “Ilustre Casa de Ramires”.

### **- Miradouros**

#### **Miradouro do Penedo de S. João - Freigil**

Num cabeço à cota de 560m, à vista de S. Romão e de Caldas de Aregos, encontra-se um estranho penedo, em posição vertical, que é visível de muitas léguas em redor. O Povo chama-lhe Penedo de S. João, por causa da Capelinha do mesmo nome que existe ao sopé, há muitas lendas ligadas ao local.



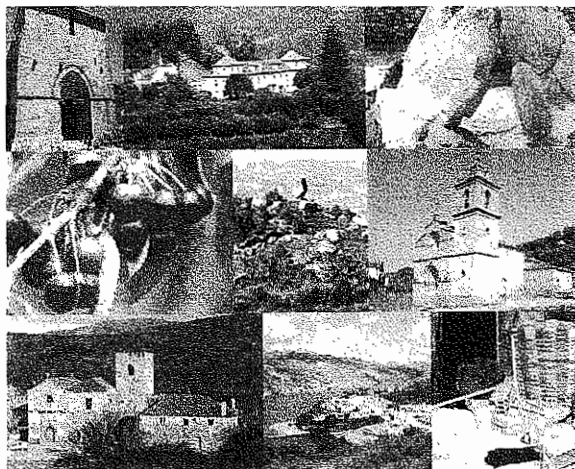
### **Miradouro da Mogueira - S. Martinho de Mouros**

Situado num planalto na Vila de S. Martinho de Mouros, goza de uma paisagem privilegiada, que encanta quem vê.

### **Miradouro de São Cristóvão - Felgueiras**

Junto à Serra do Montemuro encontra-se o Monte de S. Cristóvão, do qual se pode admirar quase todo o Concelho e, em especial a serra do Marão.

### ***- PATRIMÓIO CULTURAL:***



### ***- Festas, Feiras e Romarias***

#### **Feira Anual de São Miguel - Resende**

Feira que se realiza no dia 29 de Setembro de cada ano, por ser o Feriado Municipal e, por ser nesta altura que os caseiros das Quintas vendiam os seus produtos agrícolas, faziam contas com os patrões, ou mudavam de quinta. Nesta Feira vende-se de tudo, desde animais a produtos agrícolas, desde confecções a automóveis.

#### **Feira Quinzenal de Resende - Resende**

Trata-se de uma feira que se realiza ao dia 7 e 20 de cada mês e, onde se vende de tudo um pouco.

### **Feira Anual de S. Cristóvão - Felgueiras**

Feira essencialmente de gado e da raça arouquesa, que se realiza todos os anos no dia 25 de Julho e, onde ocorre gente toda as redondezas. Noutros tempo iam, ao Monte de S. Cristóvão nesse dia, várias procissões cantando ladainhas de penitência, também porque o S. Cristóvão é invocado como o “libertador” dos “cravos”. Hoje é a luta de vacas que atrai as multidões.

### **Feira Quinzenal de S. Martinho de Mouros - S. M. Mouros**

Trata-se de uma feira que se realiza ao dia 1 e 15 de cada mês e, onde se vende de tudo um pouco

### **Festival de Folclore - Anreade, Cárquere, Paus**

Os Festivais de Folclore são organizados pelos Ranchos do Concelho nas suas Freguesias, o de Anreade é no terceiro sábado de Agosto, o de Cárquere no terceiro domingo de Agosto e, o de Paus no primeiro Domingo de Setembro.



### **Festa da Labareda - Resende**

Trata-se das Festas Concelhias, organizadas pela Autarquia, no intuito de comemorar também o Feriado Municipal e, realiza-se na última semana de Setembro.

### **Festa da Cerejeira em Flor - Resende**

Trata-se de uma Festa organizada pela Rancho Folclórico de S. Pedro de Paus, no primeiro domingo de Abril, no intuito de atrair visitantes para apreciar a beleza das Cerejeiras em Flor. É essencialmente composta por um Festival de Folclore.

### **Festa da Cereja - Resende**

Trata-se de uma Festa organizada pela Autarquia, no terceiro domingo de Maio, no intuito de atrair visitantes para apreciar o sabor das Cerejas. É essencialmente composta por um Cortejo etnográfico, com carros etnográficos, Ranchos Folclóricos e uma Feira da Cereja.



### **Festa do Quarto Domingo - Cárquere**

Sabe-se que já na Alta Média se fazia, pois a Igreja de Nossa Senhora de Cárquere era um dos principais lugares da diocese de Lamego visitada pelas procissões das freguesias distantes. Assim, no quarto Domingo do mês de Maio, realiza-se a Festa em honra de Nossa Senhor de Cárquere, na qual participa uma procissão de cada freguesia do Concelho. A tradição de ali virem todas as freguesias teve a sua origem num voto feito pelas populações, por ocasião de uma grande calamidade.

### **Festas Religiosas do Padroeiro de casa Freguesia**

Há-as em todas as freguesias, todos os anos. Não há Igreja ou Capela que não faça a festa do seu Santo Padroeiro, no dia que lhe corresponde no calendário litúrgico ou no Domingo mais próximo. Normalmente com missa solene de manhã e procissão com anjinhos e andores de tarde. Hoje em dia também não falta o arraial popular, por norma na véspera da Festa Religiosa.

### **- GASTRONOMIA**

Não existe registo escrito dos pratos típicos e característicos, especialmente desvendando os segredos dos mesmos, tudo porque as filhas aprendem com as mães e as mães aprenderam com as mães delas. O que é simples e natural é assim que acontece.

De salientar,

#### O anho assado:

Em Resende, não se faz boda, nem festa ou casamento sem o anho assado com batata e arroz do forno, nos alguidares de barro preto.



O anho é tirado dos rebanhos, criados ao ar livre pelos montes, sem produtos ou rações. Preparado antecipadamente, com sal, vinho, alho, banha de porco e salsa é colocado no cimo do alguidar já com o arroz, em cima de uns pauzinhos que servem de grelha. Quando o forno da lenha já está bem quente, mete-se lá dentro o alguidar com o arroz e o anho, que então vai ficando assado com o calor do forno deixando cair para o arroz a gordura tenra e fresca que se transforma em molho.

#### O basolaque:

Uma espécie de aperitivo para o anho assado. Num pote de ferro é feito um refogado com cebola picada. Em seguida, é metido no pote pão de trigo aos pedaços, com o sangue e os miúdos do anho: fígado, coração, pulmões etc. Tudo partido aos bocadinhos. Que depois de cozido é servido em travessas de cerâmica.

Outros pratos tradicionais, bem característicos, que ainda se usam, não tanto em dias de festa, mas sobretudo em serões de Inverno e familiares, são:

- Os painços \* O leite de botelha As papas O arroz de vessada
- O caldo de castanhas As batatas de sarrabulho A açorda de carne,
- O arroz de vinha d'alhos Os formigos O farrapo velho,

#### **Doçaria Regional:**

São doces típicos:

- As falachas, feitas de castanhas secas no *caniço*, durante ao inverno, ao calor e ao fumo da lareira.
- Os rosquilhos de Aregos são pequeninas rodas de massa de farinha de trigo, molhadas em açúcar em ponto.
- As cavacas de Resende são um segredo bem guardado pelas doceiras.

## - Artesanato

As pessoas tinham de bastar-se a si próprias, com o engenho dos habitantes e os materiais da natureza. Daí que as habitações fossem todas de granito ou de madeira, com barro e palha a fazer de cimento, cobertas de telha mourisca nas terras ribeirinhas e de colmo de centeio nas aldeias mais altas.

Também o vestuário e o calçado, os instrumentos de trabalho, os utensílios agrícolas e o próprio mobiliário, eram fabricados pelos residentes.

Ainda hoje há quem faça tamancos em Moumiz e S. Cipriano, mantas de farrapos em Corvo e Freigil, bordados à mão em Felgueiras e Rendufe, chapéus de palha no Vale de Paus, foguetes e cestos de verga em S. João de Fontoura, crivos e peneiras no Bulho.



Há moleiros em muitas freguesias e, ainda existem ferreiros, carpinteiros de carros e arados, alfaiates e costureiras.

Nas aldeias serranas ainda se fabricam croças, capelos e polainas de junco para abrigar da chuva, e meias de lã e capuchas de burel, para resistir ao frio nos dias gelados do Inverno. Na Talhada fazem breses de palha centeia, em Felgueiras, há quem faça violinos, armas e navalhas.

São ainda do conhecimento geral grandes mestres de pedreiros e carpinteiros. Em S. Martinho de Mouros havia um canqueiro, que de madeira de castanho e aros de zinco ou chapa de ferro fazia canecos para guardar a água em casa e baldes para levar a vianda aos suínos. E havia os latoeiros na Vila, que faziam candeias de azeite, lampiões de petróleo, braseiras para o Inverno e regadores para a água.

O Mestre Joaquim, o oleiro de barro negro de Fazamões, que trabalhava o barro com uma roda medieval, umas mãos de mágico e uma simplicidade de criança. Fazia alguidares de ir ao forno, púcaros, panelas, assadores de castanhas e também miniaturas para decoração. A seguir leva tudo para a *soenga* e ali, com *torrões*, *moinha* e lenha, faz a cosedura.





**- GRUPOS DE ANIMAÇÃO**

Com o objectivo de fazer profundas recolhas dos usos, costumes e tradições do povo de Resende, enriquecendo a sua roquesta as suas danças e cantares e os seus trajes. Fazer recolha de artesanato para o seu Museu Etnográfico. Fazer anualmente o seu Festival de Folclore e manter outras tradições, como seja o cantar dos reis. Para além de levar a cultura de Resende por todos os cantos do país e do mundo:

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Miguel de Anreade

Rancho Folclórico e Etnográfico de Santa Maria de Cárquere

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Paus

Fundado em 1991, com o objectivo de recolher e divulgar a riqueza musical do concelho, hoje em dia, encanta multidões não só com a música tradicional, mas também com a música erudita - **O Grupo Coral de Resende.**

Grupos de amigos que se encontram para tocar música ligeira e “pimba”:

Conjunto Musical “Pele e Osso”

Conjunto Musical “Banda D’Ouro”

Conjunto Musical “Banda Fixe”

Conjunto Musical “Raio de Sol”

Com o objectivo principal de divulgar a música junto de populações de outras localidades e de contribuir para a dinamização, desenvolvimento e expansão da Cultura Musical e Associativismo, por forma a propor e dinamizar soluções para as principais limitações dos jovens da freguesia e continuar a ensinar e formar jovens músicos:

Banda de Música “A Velha”, de S. Cipriano

Banda de Música “A Nova”, de S. Cipriano

Grupos que se constituem para ocupar os tempos livres e participarem num intercâmbio com outros grupos, na área dos “bombos”:

Grupo de Bombos “Bons Mouros”

Grupo de Bombos de Miomães

Grupo de Bombos de S. Romão

**- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:**

13 Jardins de Infância

21 Escolas do 1º Ciclo

1 Escola EB/2 de Resende

1 Escola ES/3 de Resende

1 Externato D. Afonso Henriques

1 Polo de Formação Profissional

**- ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS:**

**Clube Náutico de Caldas de Aregos**, colectividade desportiva, cultural, recreativa e artística, tem como principais objectivos desenvolver, praticar e difundir a prática da pesca desportiva, vela, natação, remo e voleibol, bem como incrementar o desenvolvimento de actividades culturais. Desde há 4 anos para cá tem tido uma actividade constante e de grande valor, não só ao nível desportivo como cultural. Têm realizado várias provas desportivas como seja a Regata “Varanda do Douro” e o Torneio de Volei de Rio; também tem apostado ao nível da formação, com a realização de Cursos de Vela e Canoagem; tem também promovido passeios pelo Douro nas diferentes embarcações; ao nível cultural tem colaborado bastante com a Autarquia, nomeadamente através da participação na Animação de Verão de Caldas de Aregos, através da realização de exposições, encontros de música, cinema ao ar livre, teatro, etc.

**Grupo Desportivo de Resende**, Clube essencialmente dedicado ao Futebol, tem uma equipa Sénior, uma de iniciados e outra de Juniores, na I Distrital. E, não realiza qualquer outra actividade.

**Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de S. Martinho de Mouros**, ao contrário do que o nome possa indicar, trata-se de um Clube de Futebol, que não promove qualquer outra actividade.

**Casa do Futebol Clube do Porto de Resende**, esta Associação tem realizado vários eventos desportivos nas modalidades de futebol e basquetebol e, aposta também na formação das crianças e jovens. Tem ainda uma actividade razoável ao nível cultural e recreativo, através da realização de pequenos espectáculos de música, sobretudo fado, na sua sede e organização de passeios e jantares.

**Associação Desportiva e Recreativa de Barrô**, esta associação tem evidenciado esforços no sentido de formar uma consciência de prioridades na área da defesa do património e do ambiente, na criação de espaços de recreio e convívio, assim como desportivos e culturais. Promovendo para o efeito, diversas campanhas de sensibilização para a preservação do ambiente e, aquisição de terrenos para instalação de equipamentos, para além de organizar e participar em alguns torneios desportivos.

**Comissão de Melhoramentos da Talhada**, que tem como principais objectivos criar ocupação para a sua população, ao nível desportivo, recreativo e cultural, tendo criado a sua sede convívio, onde realiza as suas actividades.

**Associação Desportiva e Recreativa de S. Romão**, que tem dirigido os seus objectivos para a realização de actividades que ocupem os seus habitantes e que os fixem na freguesia, mantendo a sua sede aberta com a pratica de jogos de mesa e com a realização de jogos tradicionais.

**Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Pró-Resende**, tem direccionado as suas forças para a área da acção social, através da empresa de prestação de serviços ao nível domiciliário e de apoio aos idosos e mais carenciados.

**APROLIF - Associação Pró-Linho de Felgueiras**, esta associação tem como objectivos (re)criar o Ciclo do Linho e tem um pequena empresa de inserção, como cerca de 10 teares e 10 funcionárias que produzem artigos decorativos e de lar.

## **- OUTRAS ASSOCIAÇÕES:**

**Associação de Estudantes da Escola ES/3 de Resende e Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques**, estas Associações promovem basicamente actividades direccionadas para a comunidade escolar, como sejam, realização de saraus culturais, bailes de carnaval e final do ano, passeios escolares, apoio e dinamização de grupos de dança e teatro, boletim escolar e realização de torneio de futebol e outros.

**Agrupamento de Escutas de Resende e Agrupamento de Escutas de S. Martinho de Mouros**, sendo eles uma associação de juventude, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden-Powell e, como movimento católico, que pretende contribuir para a formação de cidadãos capazes de tomarem uma posição construtiva na sociedade, aptos a participarem na constante transformação do mundo à luz do Evangelho, segundo a doutrina católica, realizam actividades de formação e sensibilização do indivíduo para as problemáticas do mundo, participam em caminhadas e acampamentos criando laços de amizade e convivialidade e colaboram na realização de actividades culturais e sociais de outras instituições ou associações.

**Associação de Agricultores e Comerciantes**, associação de empresas ou pessoas do mesmo ramo que juntas trabalham no intuito de alcançar os objectivos a que se propõem.

## **- OUTRAS INSTITUIÇÕES:**

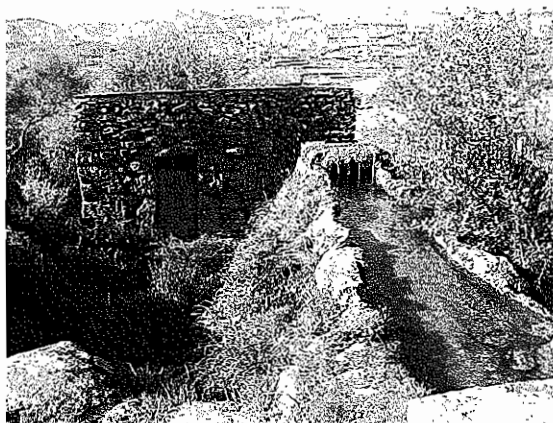
**Santa Casa da Misericórdia de Resende**, sendo uma Instituição Particular de Segurança Social a sua missão é criar valências capazes de melhorar as condições de vida dos idosos (dado que tem um Lar de Idosos), das crianças e dos jovens (através da sua creche e Lar para Adolescentes), não podendo, por isso, deixar de descurar a parte espiritual da vida. Tem contratado para os seus quadros pessoal capaz de dinamizar e animar os seus frequentadores, através da leitura em voz alta para os idosos e da prática de outras actividades, como sejam os jogos de mesa; criou o centro de produção de artesanato, onde nenhum indivíduo é discriminado pelas doenças físicas ou mentais que possam ter.

**Irmandade S. Francisco Xavier**, para além das actividades constantes que realizam na área da Acção Social, no intuito de melhorar a vida daqueles que ainda passam dificuldades, realiza várias actividades culturais e tem um Grupo de Teatro bastante dinâmico e impulsionador de dinâmica.

**Casa do Povo de Resende** tem realizado uma actividade cultural bastante positiva, apostando na formação de públicos, sobretudo para a música clássica e, tem criado o hábito de haver cinema quase todos os fins-de-semana, fruto das excelentes condições que possuem. Criou também um Centro de Dia, onde os idosos podem basicamente conviver e praticar jogos de mesa.

**Casa do Povo de S. Cipriano**, tem tido pouca actividade, fruto da sua luta na criação de condições físicas para realização de grandes eventos e de qualidade.

**Termas de Caldas de Aregos**, tem na época de Verão colaborado na realização de alguns eventos culturais, através da cedência das suas excelentes instalações para efectivação das mesmas.





Museu Museu Museu Museu Museu Museu Museu Museu

